



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

SAULO ARAÚJO TOSCANO JÚNIOR

**A CORRELAÇÃO ENTRE OS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E OS
INDICADORES EDUCACIONAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE ENTRE 2004 E 2019**

**FORTALEZA – CEARÁ
2022**

SAULO ARAÚJO TOSCANO JÚNIOR

A CORRELAÇÃO ENTRE OS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E OS
INDICADORES EDUCACIONAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE ENTRE 2004 E 2019

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne.

FORTALEZA – CEARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Toscano Junior, Saulo Araujo.

A correlação entre os gastos públicos em educação e os indicadores educacionais no Ceará: uma análise entre 2004 e 2019 [recurso eletrônico] / Saulo Araujo Toscano Junior. - 2022.

113 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Politicas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Jose Joaquim Neto Cisne.

1. Educação. 2. Gasto público. 3. Correlação entre políticas públicas. 4. Ideb.. I. Título.

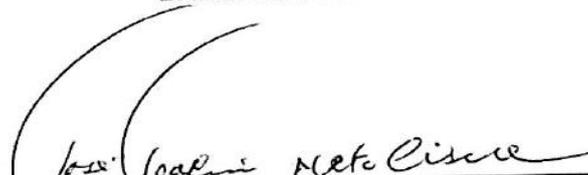
SAULO ARAÚJO TOSCANO JÚNIOR

A CORRELAÇÃO ENTRE OS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E OS
INDICADORES EDUCACIONAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE ENTRE 2004 E
2019

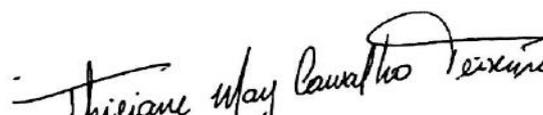
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 16/02/2022

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof.ª Dr.ª Maria José Camelo Maciel
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof.ª Dr.ª Thiciane Mary Carvalho Teixeira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

A Deus, por toda a sua compaixão.

Às três mulheres da minha vida: minha mãe, Virgínia, por ter-me dado uma criação amorosa e sedimentada em valores; minha esposa, Cyntia, pela parceria e pelo seu exemplo de dignidade; e minha filha, Carol, pelo sorriso que coloca em meu rosto todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu força interior, inspiração e calma para seguir sempre em frente, compreendendo e ultrapassando todos os desafios dessa jornada, os quais, certamente, me fizeram um homem melhor. Deus está em tudo.

Agradeço a minha mãe, Virgínia, uma mulher simples, dotada de uma resiliência e coragem insuperáveis. Essas suas qualidades marcantes fizeram com que ela deixasse para trás todas as dificuldades vividas e nos permitiram chegar aonde estamos agora. Obrigado, mamãe.

Agradeço, também, ao meu pai (*in memoriam*), que acredito ter tentado, com todas as suas forças, por um bom tempo, dar o melhor de si na nossa criação, minha e de meus irmãos. Isso influenciou bastante a minha formação escolar. Obrigado, pai.

Agradeço a minha esposa, Cyntia, pessoa que é objeto da minha admiração. Único ser humano que me fez estimar não apenas as suas inúmeras qualidades, mas também os seus poucos defeitos. O seu amor, apoio e compreensão ajudam a me construir diariamente.

Agradeço a minha filhota, Carol, que, muitas vezes, sem saber, renova as minhas forças apenas com um olhar. Tudo que faço é, de alguma forma, por ela.

Agradeço aos meus irmãos, Fred e Thiago, com quem convivo todos esses anos. Que bom que os tenho, meus irmãos.

Agradeço a todos da minha família: tias, tios, primas e primos. Agradeço, em especial aos meus avós, Luíza e Mariazinha (*in memoriam*), Toscano (*in memoriam*) e Zé Quincas (*in memoriam*).

Agradeço aos meus queridos sogros, Eva e Walter (*in memoriam*), que contribuem há anos para o meu crescimento.

Agradeço a todos os meus professores, com quem aprendi quase tudo que eu sei. Agradeço, especialmente, aos professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará.

Agradeço ao meu orientador, Professor Neto Cisne, pela paciência, pelas lições inspiradoras e por toda a ajuda para que eu pudesse ter êxito nessa caminhada acadêmica.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, com quem dividi experiências engrandecedoras e essenciais para subir mais esse degrau.

Agradeço a todos os meus amigos, os irmãos que a vida me deu a oportunidade de escolher. Agradeço, especialmente, aos meus amigos Bacanas, que sempre estiveram do meu lado: nos momentos bons e nos ruins.

Agradeço à instituição Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, que é meu lar. Essa Casa me deu muito, talvez mais do que mereço, inclusive a oportunidade e o estímulo para ingressar e concluir este mestrado. Além disso, foi lá que conheci pessoas incríveis, verdadeiras referências para a minha vida, com quem tenho a oportunidade de aprender todos os dias. Muitos, de colegas, se tornaram grandes amigos. A Fazenda é o lugar da minha realização profissional. Não há palavras para definir o orgulho que tenho em fazer parte dessa Instituição.

“O homem não é nada além daquilo que a
educação faz dele.”

(Immanuel Kant)

RESUMO

A identificação de possíveis correlações entre políticas públicas é um desafio aos pesquisadores das ciências sociais e políticas. O segmento de estudo científico que se dedica a entender os efeitos de um programa governamental qualquer sobre outro pertence ao complexo mundo da integração de políticas públicas. O problema é ainda maior para os gestores públicos, cuja obrigação é atender às necessidades da população da forma mais eficiente possível, dada a constante escassez de recursos disponíveis. Nesse contexto, o estudo aqui apresentado debruçou-se sobre a possível correlação entre duas importantes políticas públicas: a de gestão de recursos e a da educação. Dessa forma, foram delimitados recortes no universo de dados e de tempo, os quais serão apresentados na introdução desta obra, com o fito de viabilizar a pesquisa. Este trabalho possui como objetivo, portanto, identificar se há correlação, e de que forma ela ocorre, em caso de existência, entre os gastos públicos em educação e os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, medido pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Para tanto, foi utilizada a metodologia quantitativa, baseada no modelo estatístico conhecido como regressão linear de dados em série, assumindo-se como variável independente os gastos públicos em educação e, como variável dependente, o índice obtido no Ideb. Após a aplicação do estudo, os resultados apresentaram a força da correlação entre as políticas, além de apontar o grau de determinação dos gastos sobre o indicador alcançado. Ademais, foi apresentada a equação que permite estimar o esforço financeiro necessário para que haja evolução do indicador de qualidade da educação, Ideb.

Palavras-chave: Educação. Gasto público. Correlação entre políticas públicas. Ideb.

ABSTRACT

The identification of possible correlations between public policies is a challenge for researchers in the social and political sciences. The segment of scientific study dedicated to understanding the effects of any government program on another belongs to the complex world of public policy integration. The problem is even greater for public managers, whose obligation is to meet the needs of the population as efficiently as possible, given the constant scarcity of available resources. In this context, the study presented here focused on the possible correlation between two important public policies: resource management and education. In this way, clippings were delimited in the universe of data and time, which will be presented in the introduction of this work, with the aim of making the research viable. This work has, therefore, as objective, to identify, if there is a correlation, and how it occurs, in case of existence, between public spending on education and the results obtained in the Basic Education Development Index - Ideb, promoted by the National Institute of Educational Studies Anísio Teixeira. For this purpose, a quantitative methodology was used, based on the statistical model known as linear regression of serial data, assuming public spending on education as an independent variable and the index obtained from Ideb as the dependent variable. After applying the study, the results showed the strength of the correlation between the policies, in addition to pointing out the degree of determination of expenditures on the achieved indicator. Furthermore, the equation that allows estimating the financial effort necessary for the evolution of the education quality indicator, Ideb, was presented.

Keywords: Education. Public spending. Correlation between public policies. Ideb.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1 – Metas Ideb..... | 44 |
| Tabela 2 – Metas PISA..... | 45 |
| Tabela 3 – Escala de significância de Fisher..... | 58 |
| Tabela 4 – Primeira análise das despesas com educação 2004 a 2019... | 62 |
| Tabela 5 – Evolução dos gastos com educação de 2004 a 2019..... | 64 |
| Tabela 6 – Evolução simplificada dos gastos com educação de 2004 a 2019..... | 64 |
| Tabela 7 – Evolução do Ideb para o Ensino Médio..... | 66 |
| Tabela 8 – Relação Meta vs. Ideb para o Ensino Médio da rede pública estadual entre 2005 e 2019..... | 68 |
| Tabela 9 – Ranking do Estados no Ideb para o Ensino Médio da rede pública estadual..... | 69 |
| Tabela 10 – Conversão dos gastos para períodos bianuais..... | 73 |
| Tabela 11 – Estatística da regressão de dados em série relativa a correlação entre gasto público com educação e os resultados do Ideb para o Ensino Médio..... | 75 |
| Tabela 12 – Índice de verossimilhança da correlação entre gasto público com educação e resultados do Ideb para o ensino Médio..... | 76 |
| Tabela 13 – Proporção da relação entre valores pagos e resultados do Ideb..... | 77 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 | MARCO TEÓRICO..... | 21 |
| 2.1 | Políticas públicas: contextualização..... | 21 |
| 2.1.1 | Políticas públicas no contexto brasileiro..... | 23 |
| 2.2 | Gasto Público: definições necessárias..... | 25 |
| 2.2.1 | Discussões sobre os gastos públicos em educação..... | 29 |
| 2.3 | Educação: o desafio conceitual..... | 34 |
| 2.3.1 | Discussões sobre a qualidade da educação no Brasil e no Ceará..... | 40 |
| 2.3.2 | Os benefícios de uma educação de qualidade..... | 48 |
| 2.4 | A regressão linear como ferramenta de avaliação de políticas Públicas..... | 51 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 54 |
| 3.1 | A regressão linear de dados em série..... | 54 |
| 4 | PESQUISA..... | 60 |
| 4.1 | O comportamento dos gastos públicos em educação no Ceará entre 2004 e 2019..... | 60 |
| 4.2 | O comportamento do indicador educacional no Ceará entre 2005 e 2019..... | 66 |
| 5 | ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 71 |
| 5.1 | Primeiras análises combinadas sobre as evoluções observadas..... | 71 |
| 5.2 | A análise da correlação entre gastos públicos e resultados educacionais no Ceará baseada na regressão linear de dados em série..... | 73 |
| 6 | CONCLUSÕES..... | 79 |
| 6.1 | Conclusões quanto aos objetivos geral e específicos e hipótese..... | 79 |
| 6.2 | Respostas aos problemas propostos..... | 80 |
| 6.2.1 | Existe correlação entre os gastos públicos com educação e o resultado obtido no Ideb para o Ensino Médio da rede pública no Ceará?..... | 80 |
| 6.2.2 | Em que medida (em percentual) os gastos públicos explicam o desempenho do Ceará no Ideb?..... | 81 |
| 6.2.3 | É possível estimar o esforço financeiro necessário para melhorar o indicador de qualidade da educação?..... | 81 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 6.3 | Contribuições científicas e práticas do estudo..... | 81 |
| 6.4 | Propostas para melhorar a relação entre gastos públicos e resultados da educação..... | 82 |
| 6.5 | Limitações da investigação..... | 85 |
| 6.6 | Sugestões para futuras pesquisas..... | 85 |
| | REFERÊNCIAS..... | 87 |
| | ANEXO A – Resultado completo da regressão linear para os dados da pesquisa..... | 95 |
| | ANEXO B – Resultado Ideb para o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará entre 2005 e 2019..... | 96 |
| | ANEXO C – Resultado Ideb para o Ensino Médio da rede pública de todos os estados do Brasil entre 2005 e 2019..... | 97 |
| | ANEXO D – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2004..... | 98 |
| | ANEXO E – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2005..... | 99 |
| | ANEXO F – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2006..... | 100 |
| | ANEXO G – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2007..... | 101 |
| | ANEXO H – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2008..... | 102 |
| | ANEXO I – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2009..... | 103 |
| | ANEXO J – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2010..... | 104 |
| | ANEXO K – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2011..... | 105 |
| | ANEXO L – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2012..... | 106 |
| | ANEXO M – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2013..... | 107 |
| | ANEXO N – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |

| | |
|--|------------|
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2014..... | 108 |
| ANEXO O – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2015..... | 109 |
| ANEXO P – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2016..... | 110 |
| ANEXO Q – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2017..... | 111 |
| ANEXO R – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2018..... | 112 |
| ANEXO S – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório | |
| STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2019..... | 113 |

1 INTRODUÇÃO

A possível correlação entre políticas públicas apresenta-se como uma temática desafiadora para a sociedade, basicamente, em razão de dois fatores: o primeiro tem ligação com as diversas notícias que dão como verdadeiras algumas relações entre ações governamentais (como o aumento da oferta de moradias populares e a “consequente” redução da violência, por exemplo), sem que sejam apresentadas as respectivas fundamentações científicas; o segundo fator está relacionado à questão do investimento público e os seus verdadeiros efeitos para a população.

Ao observar as inúmeras evidências produzidas pelo segmento de gestão de recursos públicos em todas as esferas de governo, percebe-se que os gastos governamentais podem apresentar sinais da intenção de desenvolvimento e da melhoria da qualidade de certas políticas públicas (em detrimento de outras, inclusive). Pode-se dizer, por exemplo, que um governo que aplica apenas 0,5% do seu orçamento nas ações e programas voltados à geração de trabalho e emprego não tem a intenção de ampliar ou melhorar os indicadores de tal política pública e, no sentido oposto, mas usando a mesma lógica, pode-se dizer que uma gestão que destina 40% do seu orçamento em saúde, por exemplo, tem a intenção de desenvolvê-la, seja expandindo ou melhorando sua qualidade.

Sendo assim, assumindo a premissa de que a política de aplicação de recursos públicos pode ser um instrumento de desenvolvimento de outras políticas, esta pesquisa definiu que um dos polos do estudo da possível correlação, na condição de variável determinante, seria ocupado pelo gasto público. Fazendo-se necessário decidir que outra política de Estado poderia ocupar a outra ponta, na condição de variável dependente. Para tanto, levou-se em consideração uma das aptidões naturais do Estado do Ceará: a educação.

Existem indicações de que o Ceará tem a educação como uma de suas principais políticas públicas, e alguns números chamam atenção nesse sentido. Em 2020, por exemplo, ano em que o mundo testemunhou o início de uma das piores pandemias da história, o governo do Estado¹ distribuiu 347 mil chips, com pacote

¹ Informação constante da mensagem encaminhada pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa em 2021. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/mensagem-a-assembleia-legislativa-2021/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

mensal de 20GB de internet móvel, aos alunos da rede pública estadual para que pudessem assistir às aulas de forma virtual.

Naquele ano, apesar das dificuldades enfrentadas na área da saúde, 25 (vinte e cinco) escolas de Ensino Médio, que já funcionavam no horário convencional, passaram a oferecer a modalidade de ensino em tempo integral. No exercício anterior, em 2019, foram implantadas 19 (dezenove) escolas de tempo integral² no Ensino Médio, as quais oferecem a grade curricular normal de ensino, além de atividades profissionalizantes.

O sucesso cearense na educação vem obtendo resultados expressivos, como se vê no ranking³ das cem melhores escolas públicas de Ensino Médio, após a divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. O Ceará é o segundo estado do Brasil com maior número de escolas – 21 no total – de Ensino Médio (públicas estaduais) mais bem classificadas, em 2019, pelo Ideb, atrás somente de São Paulo (CEARÁ, 2020). A escola cearense melhor classificada fica em Itapajé, ocupando o 4º no ranking nacional.

Esta pesquisa, portanto, possui como objeto de estudo duas políticas públicas: a de gestão de recursos e a da educação. Mais especificamente, o encontro entre tais políticas, pois se propõe a esclarecer se, e como, os gastos públicos em educação determinam os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Para tanto, foram feitos recortes que permitissem tornar viável a pesquisa, na tentativa de responder aos seus problemas.

A delimitação, nesse viés, apresentou-se necessária para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, sob pena de, em não a fazer, tornar inexecutável a propositura de melhorias e a realização de contribuições científicas e práticas para o desenvolvimento do tema. Nessa linha, esta obra propôs fronteiras em ambos os seus eixos, sendo que no segmento dos gastos, foram estabelecidos os seguintes limites:

- apenas os gastos públicos, não sendo objeto de análise os gastos privados;

2 Informação constante da mensagem encaminhada pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa em 2020. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/mensagem-a-assembly-legislativa-2020/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

3 O ranking encontra-se disponível no site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, no endereço: <https://www.ipece.ce.gov.br/2020/11/30/dentre-os-estados-brasileiros-o-ceara-e-o-segundo-com-melhores-escolas-publicas-estaduais/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

- dentre os gastos públicos, apenas os do Estado do Ceará, não sendo objeto de estudo os gastos dos outros entes federativos; e
- dentre os gastos públicos estaduais, apenas aqueles relacionados à educação, priorizando-se o Ensino Médio.

No eixo da educação, têm-se outros recortes essenciais para o andamento do estudo proposto. Os dados são os apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, com o seguinte foco:

- apenas o Ensino Médio, ou seja, o resultado obtido no 3º ano do Ensino Médio, não sendo objeto de análise os indicadores relativos aos demais níveis de ensino;
- dentre os indicadores do Ensino Médio, apenas aqueles relativos aos das escolas públicas; e
- dentre as escolas públicas, apenas as da rede estadual.

Vale ressaltar que a decisão de adotar como cerne deste estudo o Ensino Médio, está relacionada com a distribuição de competências prevista na própria Constituição Federal, que coloca na responsabilidade dos Estados a organização e o funcionamento desse segmento educacional.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino [...].

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º **Os Estados e o Distrito Federal** atuarão prioritariamente no ensino fundamental e **médio** (BRASIL, 1988, online, grifo nosso)

Além dos limites relativos aos eixos dos gastos públicos e da educação, foram estabelecidos outros limites fundamentais nos contextos temporal e geográfico. Para o primeiro, foi definido o período de estudo de dezesseis anos: 2004 (inclusive) a 2019 (inclusive). É importante frisar que a limitação temporal tem relação com a divulgação feita pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira – Inep, dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

O Ideb começou a medir e divulgar o indicador de qualidade da educação, no formato atual, a partir do ano de 2005, sendo o último ano disponível o de 2019. Dessa forma, esta dissertação se debruça sobre todo o período em que houve a medição desse indicador de qualidade da educação. Frisa-se que, apesar de o Ideb ter como marco inicial o ano de 2005, o recorte adotado nesta pesquisa começa em

2004 em razão dos gastos públicos. Convencionou-se, para este estudo, que os gastos de 2004 influenciaram os resultados educacionais de 2005, sendo necessário incluir aquele ano na delimitação. Assim, para os gastos públicos em educação, o marco inicial será 2004; e, ao tratar dos resultados do Ideb, o marco inicial será 2005. Sendo o período total de análise 16 anos (2004 a 2019).

No que concerne ao recorte geográfico, estabeleceu-se como objeto de estudo o Estado do Ceará. Logo, todos os dados apresentados durante o trabalho referem-se à educação e aos gastos do Estado do Ceará como ente federativo, na sua função social de executor de políticas públicas, ou seja, aquelas realizadas pelo governo executivo estadual.

Destaca-se que, neste trabalho, a despesa pública com educação (a qual compõe um dos segmentos da política fiscal) é abordada como uma política pública indireta, ou seja, aquela que atinge a sociedade por meio de outras ações governamentais (ao financiar a segurança pública, saúde, habitação e educação, por exemplo). Esclarece-se que essa não é a sua única dimensão, pois, para as ciências da economia e do direito tributário, a “[...] política fiscal tem um papel central como objeto de estudo e nela se identificam outras funções que não o simples fornecimento de recursos para o estado desenvolver suas atividades” (MENEZES, 2017, p. 117). Já a educação será analisada pelos seus efeitos diretos, ou seja, aqueles em que se observa os seus resultados de forma imediata sobre a sociedade.

Nesse contexto, este trabalho pretende, ainda, dialogar com duas linhas de pesquisa vinculadas à área de concentração do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, quais sejam: a linha de pesquisa definida como Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas. Vale frisar que o abrangente estudo circunscrito por essa temática abrange o “estudo das políticas públicas em execução; de suas formulações e desenvolvimento; das ações empreendidas na implementação de tais políticas e dos resultados alcançados” (UECE, 2021).

Essa linha de pesquisa, portanto, foca, entre outras coisas, no nascedouro das políticas de Estado: seus objetivos, estruturação, público-alvo, cronograma, recursos e projeção de metas. Ainda, nesse eixo, são conduzidas ações relativas ao acompanhamento das iniciativas governamentais: seu

gerenciamento, leitura de indicadores, correção de rumos e medição de resultados. Dessa forma, ao se dedicar a tais segmentos, este trabalho pretende contribuir para o aperfeiçoamento dos processos governamentais já em execução no campo da gestão de recursos e educação, e, até mesmo, aquelas ações ainda em gestação, especialmente na área da integração (correlação) de políticas públicas.

Já no âmbito da linha de pesquisa voltada para o Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, o foco se volta à “compreensão de como as instituições estão sendo capazes de constituir governos com capacidades de reagir à mudança das relações entre as forças políticas; possuir mecanismos de consulta ou controle dos cidadãos e implicações de políticas públicas” (UECE, 2021). Dessa forma, no que concerne à construção de governos e sociedades capazes de reagir às mudanças, assim como no que tange às implicações das políticas públicas, os estudos voltados à educação, em específico, tendem a ganhar destaque, já que, “[...] se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

Tendo sido exposto o contexto do trabalho, mostra-se oportuno introduzir as questões que nortearam e motivaram a pesquisa. Tem-se como **primeiro problema** a seguinte questão: existe correlação entre os gastos públicos com educação e o resultado obtido no Ideb para o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará?

A partir desse primeiro questionamento, e sendo sua resposta positiva, partiu-se para o **segundo problema**: em que medida (em percentual) os gastos públicos explicam o desempenho do Ceará no Ideb? A ideia aqui é identificar o quanto os gastos conseguem determinar os resultados do indicador de qualidade da educação medido pelo Ideb. Frisa-se que este problema só pode ser respondido se houver a correlação objeto do primeiro problema.

Em havendo a correlação (1º problema), e sendo possível identificar em que medida os gastos públicos explicam o desempenho do Ceará no Ideb (2º problema), propôs-se o **terceiro problema**: é possível estimar o esforço financeiro necessário para melhorar o indicador de qualidade da educação? Aqui, a intenção é investigar a possibilidade de se quantificar o gasto necessário para melhorar os resultados do Ideb.

Nessa linha, o objetivo geral desta pesquisa é investigar se existe correlação entre gastos públicos em educação e os resultados obtidos no Ideb para

o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará, além de avaliar, nos objetivos específicos, se possível, o quanto (em percentual) os gastos determinam o indicador de qualidade educacional e, se possível, estimar o esforço financeiro necessário para a melhoria do indicador de qualidade da educação. A hipótese é de que existe correlação entre as duas políticas públicas, de forma que os gastos públicos em educação influenciam os resultados obtidos em indicadores de qualidades educacionais, como o Ideb.

Espera-se que esta obra possa ajudar a Administração Pública do Estado do Ceará, bem como de outros entes federativos de qualquer instância, a promover a aplicação de recursos com maior eficiência, de forma a obter melhores resultados na educação, a partir da gestão de recursos, promovendo ganhos para a sociedade, e justificando o esforço para o desenvolvimento desta pesquisa.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em mais cinco seções. Na segunda, que se refere ao marco teórico, buscou-se estabelecer um diálogo com autores e pesquisadores que estudam as temáticas relativas às políticas públicas, além de debates acerca dos gastos públicos e os gastos públicos em educação, e, também, discute-se a educação, seus conceitos de qualidade e resultados. Ainda, são trazidas argumentações acadêmicas acerca da metodologia utilizada.

Na terceira seção, é apresentada ao leitor a metodologia utilizada no presente estudo, dentre outras, a regressão linear de dados em série. Na quarta seção, faz-se a análise da evolução do gasto em educação no Estado e, depois, a evolução dos resultados do Ideb. A quinta seção trata da análise dos resultados obtidos, destacando as evoluções observadas, para, em seguida, analisar a possível correlação com base na metodologia definida.

Na sexta seção, que trata das conclusões, são apresentados os resultados em relação aos objetivos e à hipótese. Além disso, os problemas da pesquisa são respondidos. Em seguida, são evidenciadas as contribuições científicas e práticas da pesquisa, bem como as propostas para a melhoria da relação entre gastos públicos e resultados educacionais, assim como as limitações encontradas na pesquisa e as sugestões para investigações futuras.

No final, tem-se as referências das obras que foram analisadas e que serviram para fundamentar este trabalho, além dos anexos considerados necessários fazer parte desta obra. Espera-se que esta dissertação possa contribuir

para apoiar outras pesquisas no campo das ciências sociais e das políticas públicas, bem como as ações práticas de gestão pública.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Políticas públicas: contextualização

Depreende-se, pelas considerações feitas na introdução, que o foco desta pesquisa é a possível correlação de duas políticas públicas. Dessa forma, é importante que o debate teórico se inicie pelo estudo bibliográfico acerca do que se entende por políticas públicas, qual o seu conceito e seus limites, seus principais atores e a forma como se desenvolve no Brasil. O objetivo da discussão aqui proposta é melhor ancorar o trabalho, bem como situar o leitor na perspectiva de como essas políticas públicas serão abordadas.

Tão logo que surgiu, de forma equivocada, o estudo de políticas públicas foi confundido com o treinamento no ofício de gerenciar os processos estatais, mas, hoje, já não se pode mais cometer tal erro, pois, como ciência, as políticas públicas não se resumem à capacitação em gestão pública. Esta pode estar contida naquela, no que se refere à necessidade do tomador de decisão, ou de quem exerce poder, em conhecer as especificidades e operacionalidades do mundo público administrativo, mas nunca será esse seu escopo limitador. Naquela época, Harold Lasswell (1936), afirmava que,

A ciência política é ameaçada pelo que é conhecido como treinamento para o serviço público [...]. Ninguém pode negar que o estudo de ciências políticas é capaz de ajudar as pessoas que estão no serviço público, mas não se pode perverter a matéria à mera necessidade dos esquemas contidos em treinamentos vocacionais (LASSWELL, 1936, p. 1774, tradução do autor).

Em seguida, num período em que ainda não havia políticas públicas como segmento acadêmico, mas apenas as ciências políticas, essa disciplina “[...] considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse” (FARIA, 2003, p. 22).

A política pública como ciência, na forma como se conhece hoje, surge nos Estados Unidos na década de 1930. Nessa época, na Europa, já se falava em política pública, mas numa abordagem diferente da americana. No velho mundo, o olhar sobre os conceitos de política pública tinha como foco o papel do Estado. Já

nos Estados Unidos, essa área de conhecimento se concentrou na ação dos governos.

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Na literatura, há várias definições sobre o que é Políticas Públicas. Para Guy Peters (1986, p. 4, tradução do autor), “[...] políticas públicas são a soma das atividades dos Governos, agindo diretamente ou através de agentes, que influenciam a vida dos cidadãos”. Já Lawrence Mead (1995) definiu como sendo um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. A acepção de políticas públicas apresenta-se como um desafio, pois, a depender do contexto, do período e do tipo de sociedade em que está inserida, o seu conceito pode variar. Paul Cairney (2012, p. 22, tradução do autor) explica que,

É um dos muitos termos da ciência política – como democracia, igualdade e poder – que são bem conhecidos, mas difícil de definir. O problema da definição é mais do que semântico: afeta a forma como analisamos e entendemos as questões políticas reais.

No intuito de tentar resumir os conceitos, Celina Souza (2006) afirma que as definições de políticas públicas apresentam uma visão geral do tema, um entendimento de que o todo é mais importante do que a soma das partes, e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que haja diferenças sobre a importância relativa destes fatores. A autora afirma ainda que,

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Apesar das diversas possibilidades de conceituação, o estudo de políticas públicas é significativo “[...] em razão do escopo do Estado, que se estende por quase todos os aspectos das nossas vidas” (CAIRNEY, 2012, p. 22, tradução do autor). Dessa forma, a partir dessa percepção, é preciso entender quem são os principais atores das políticas públicas. Existe um entendimento de que “[...] o

agente mais importante do processo de produção de políticas públicas é o governo” (BRASIL; CAPELLA, 2016, p. 74). Apesar disso, os mesmos autores destacam que

Organizações não governamentais (a iniciativa privada ou quaisquer agentes não governamentais) não produzem políticas públicas. No entanto, isso não significa dizer que essas organizações não possam influenciar, direcionar, regular, controlar ou mesmo ajudar a formular políticas públicas. É importante entender que as políticas públicas podem envolver todos os níveis de governo e suas fases não estão totalmente restritas aos atores formais (BRASIL; CAPELLA, 2016, p. 75).

Vale destacar a importância que os movimentos sociais vêm ganhando no processo de criação de demandas para os governos, de forma que vem influenciando, cada vez mais, o processo de criação de políticas públicas. Os movimentos sociais “[...] não são apenas desafiadores do status quo, mas também podem apresentar propostas concretas para as políticas públicas [...], geram soluções para os problemas identificados e para os quais não existem ainda respostas do poder público” (DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE, 2018, p. 105). Hoje, organizações que surgem a partir da associação livre de cidadãos comuns são capazes de exercer poder e impor demandas políticas que impelem o agente tradicional a agir para suprir as demandas desse novo ator. Tal dinâmica exige novos estudos que possam compreender essas relações que surgem.

Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual tem demonstrado a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, o corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como, por exemplo, organizações não-governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas (FARIA, 2003, p. 21).

2.1.1 Políticas públicas no contexto brasileiro

Tendo sido feita uma breve contextualização acerca do processo histórico e de conceitualização no campo das políticas públicas, mostra-se relevante compreender o desenvolvimento dessa ciência no Brasil, que teve como marco mais evidente a transição constitucional de 1988, a qual se consolidou, no âmbito das políticas públicas, com a reforma administrativa implementada na década de 1990, pós constituição. Para Felipe Brasil e Ana Capella (2016, p. 80-81),

A Reforma do Estado colaborou para a construção e formação do campo de políticas públicas. A governabilidade e a governança estão diretamente ligadas ao “Estado em ação”, ou seja, o modo como o Estado se posiciona e produz políticas públicas. Orientadas por uma visão de modernização da administração pública, com a tentativa de deixar para trás as velhas gramáticas políticas brasileiras, de clientelismos e nepotismos, a análise estratégica e o caráter técnico têm por objetivo tornar as políticas públicas mais efetivas, geridas através da busca por resultados esperados.

[...]

A partir desse momento, a consolidação do campo das políticas públicas no Brasil, diferente do que ocorria no exterior, se deu de forma a entender um novo tipo de Estado e de governo que, através das políticas públicas, buscava uma melhor racionalização da administração pública.

No Brasil, é nessa busca pela melhor eficiência na condução de políticas públicas que se insere o processo decisório e político relativo à sua priorização. Antônio Fernandes (2007, p. 203) destaca a importância desse processo na formulação e execução de políticas, ao afirmar que “[...] apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política, uma vez que está relacionado ao processo decisório”.

Ao tratar de gastos públicos e educação, como políticas públicas, este trabalho adentra, justamente, na seara das escolhas governamentais, já que “[...] há, na verdade, um descompasso das necessidades públicas em relação à finitude de receitas, tornando-se um imperativo a tomada de decisão política do gasto” (CAVALCANTE; CABRAL, 2014, p. 9). É em obediência à regra de que “não se pode priorizar tudo”, que o gestor público deve identificar quais políticas públicas devem ser privilegiadas, a fim de que se acelere o processo de desenvolvimento social.

Nesse contexto, ao reconhecer a liderança da educação como política pública capaz de catalisar o progresso da sociedade, que Dourado (2009, p. 206), ratifica a “[...] necessária priorização da educação como política pública, a ser efetivamente assegurada, o que implica: aumento dos recursos destinados à educação [...]”. Nessa linha, Cavalcante e Cabral (2014, p. 14) deixam claro, ainda, que “[...] a noção de que os direitos importam custos leva assim a uma conscientização maior sobre a responsabilidade dessas escolhas públicas e no ordenamento dos gastos estatais”.

Posto isto, antes de mergulhar no estudo relativo à educação e sua qualidade, bem como na possível correlação entre o gasto em educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, é preciso compreender a forma

como se dá o gasto do Estado, seu conceito e complexidade, sobretudo no âmbito das despesas com educação, no Brasil e no Estado do Ceará.

2.2 Gasto público: definições necessárias

A temática que envolve o gasto público é muito discutida na sociedade brasileira, especialmente em momentos de crise econômica, exatamente a situação em que se encontra o país neste ano de 2022. Como se sabe, a pandemia de Covid-19 levou à paralisação de vários setores da economia, o que gerou um alto índice de desemprego e, portanto, um considerável aumento de demandas sociais para que sejam supridas necessidades básicas da população

O debate acerca da importância do gasto público, por vezes, concentra-se na questão do nível de intervenção do Estado na sociedade, em que uma ala, denominada neoliberal⁴, defende o Estado mínimo, a autorregulação da economia e uma menor tutela à vida dos cidadãos; e outra, a Keynesiana⁵, levanta a bandeira da maior participação do Estado, em que o Governo assume o protagonismo dos investimentos, as diretrizes da economia e uma maior proteção à população.

Sabe-se que os gastos do Estado ocorrem para que sejam atendidas as necessidades públicas. A necessidade pública é “[...] toda aquela de interesse geral, satisfeita pelo processo do serviço público” (BALEIRO, 2004, p. 4). Resta identificar quem define quais seriam tais necessidades. No caso do Brasil, inserido num modelo de normas materializadas, formais, analíticas e rígidas, “[...] o Estado é quem vai dizer, para usar verbo vicário, no texto constitucional e nas leis posteriores, quais as necessidades que vai encampar como públicas” (OLIVEIRA, 2010, p. 68). Identificadas e definidas tais necessidades, o Estado deverá, no cumprimento de sua função principal, tentar atendê-las da melhor forma possível, utilizando-se dos recursos que a legislação prevê para tanto.

A satisfação dessas necessidades, inegavelmente, implica **gastos públicos**, que devem ser meticulosamente analisados e geridos através de um orçamento público. Se, porventura, a receita arrecadada não for suficiente para custear os gastos, o Estado poderá obter empréstimos

4 O neoliberalismo é uma corrente baseadas em doutrinas políticas e econômicas que defendem que o Estado deve ser apenas uma “mão invisível”, de participação mínima na vida das pessoas, além de estimular a economia livre e o mercado como regulador da sociedade.

5 O keynesianismo é a doutrina que se contrapõe ao neoliberalismo, e que surgiu a partir de 1929, após a “grande depressão”. Na teoria de John Maynard Keynes, o Estado deve intervir na sociedade e na economia sempre que necessário, a fim de garantir o pleno emprego e benefícios sociais.

públicos, também chamados de créditos públicos, com o fim de atingir o equilíbrio entre receitas e **despesas** (LEITE, 2018, p. 34, grifo nosso).

Depreende-se, a partir da definição apresentada, que é comum assumir como sinônimos os dois termos. Apesar disso, torna-se válido traçar a discreta diferença conceitual entre gasto e despesa. Em valiosa lição acerca de tais diferenças, Squizzato (2013, p. 9) ensina que,

A despesa pública pode ser conceituada em sentido amplo e em sentido estrito. Em termos amplos ou científicos, a expressão designa todo gasto estatal destinado a permitir a realização de necessidades públicas. Em sentido estrito ou orçamentário, por sua vez, vai significar a aplicação de determinada quantia em dinheiro, autorizada em lei, para execução de uma finalidade determinada.

Verifica-se que, no sentido *latu*, despesa pública e gasto público são a mesma coisa. A diferença reside apenas no caso *strictu*, que define gasto público como um gênero, e o gasto “autorizado em lei” uma espécie desse gênero, classificada como “despesa pública”, ou seja, o gasto público torna-se igual à despesa pública desde que autorizado em lei para a execução de uma finalidade determinada. No ordenamento jurídico nacional, a Lei nº 4.320, de 1964, conhecida como Lei das Finanças e do Orçamento, estabelece, de forma exaustiva, que todas as receitas e despesas devem estar contidas na Lei Orçamentária Anual - LOA. É o que se verifica numa breve leitura.

Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e **despesa** de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e **Despesa** segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

[...]

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

[...]

II - Quadros demonstrativos da **despesa**, na forma dos Anexos n.º 6 a 9;

[...]

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas **as despesas** próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

[...]

Art. 6º **Todas** as receitas e **despesas** constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções (BRASIL, 1964, online, grifo nosso).

Percebe-se que o objetivo do legislador, ao editar a lei, era abranger todo e qualquer desembolso estatal, especialmente pela citação literal do princípio da universalidade, cujo fundamento é o de que “[...] todas as receitas e todas as despesas devem ser incluídas na lei orçamentária” (SANCHES, 2004, p. 372), de forma a impedir qualquer saída de recurso sem previsão legal prévia, evitando o descontrole e os possíveis desvios. Sendo assim, e, considerando que o gasto público aqui computado foi aquele previsto em lei orçamentária, e realizado dentro das regras de Direito Financeiro para execução das despesas públicas – sendo toda a informação com origem em documentos oficiais (tais como Balanços Gerais do Estado e relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional) –, assume-se, desse ponto em diante, que, para fins deste trabalho, gasto público e despesa pública possuem a mesma condição e conceito.

Tendo sido esclarecida a concepção convergente de gasto e despesa pública, faz-se importante retomar a clássica lição do professor Aliomar Baleeiro (2004, p. 75), que define despesa pública como sendo “[...] o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos”. Nessa linha, para a sedimentação do conceito acerca da finalidade do desembolso de recursos pela Administração Pública, tem-se que,

No Estado moderno não mais existe a requisição de bens e serviços dos súditos nem a colaboração gratuita destes no desempenho de funções públicas. Com a politização das massas, seguida de conquistas democráticas, os indivíduos, assim como seus bens, tornaram-se intocáveis pelo Estado, a não ser nos limites balizados pela Constituição. Daí a necessidade de despesas públicas para o regular funcionamento dos serviços públicos (HARADA, 2017, p. 38).

A partir da reunião das ideias apresentadas, é possível dizer que o gasto público é o montante desembolsado pelo setor público para realizar as suas atividades e satisfazer as necessidades dos cidadãos de um país. É relevante, ainda, conhecer as divisões dos grupos de gastos públicos de acordo com as definições teóricas e práticas utilizadas no Brasil. Sobre a natureza da despesa, gastos correntes e gastos de capital, tem-se que, no Brasil,

Podem-se delimitar dois grandes grupos de despesas de acordo com sua natureza - econômica ou funcional. No primeiro grupo, encontram-se os gastos correntes do governo e os gastos de capital. As despesas correntes são constituídas pelas despesas de custeio e pelas transferências correntes, sendo os gastos com pessoal a rubrica de maior participação. Já as despesas de capital são constituídas pelas despesas de investimento, pelas inversões financeiras e pelas transferências de capital, sendo os

gastos em investimento a rubrica de maior expressão. Por sua vez, o segundo grupo de despesas traz os gastos por categoria funcional, tendo por referência o conceito de Execução Orçamentária do Tesouro Nacional. Os gastos em **educação**, saúde e assistenciais encontram-se discriminados nessa categoria de gastos (NEDUZIAK, 2017, p. 15, grifo nosso).

Ainda, para que seja possível uma compreensão mínima das definições que cercam o gasto público, mostra-se útil adentrar um pouco mais no conceito acerca da despesa por categoria funcional, já que a educação é, justamente, uma dessas categorias. Segue definição trazida pela Controladoria Geral da União, no seu Portal da Transparência⁶.

Para atender a diferentes objetos, existem diferentes formas de categorizar a despesa ou gasto público. As diferentes categorizações permitem a você saber, por exemplo, quem gastou o dinheiro, em qual área, o que foi contratado ou comprado e a classificação financeira do gasto [...]. Esse tipo de categorização, também conhecida como classificação funcional, permite identificar em qual área (função) o dinheiro público foi gasto. É uma informação relevante para que a sociedade conheça quanto está sendo destinado a áreas que afetam diretamente o dia a dia (BRASIL, 2021, online).

É importante destacar que a literatura nacional reconhece uma categoria especial de gastos, chamada de “gasto social”, cujo conceito, no Brasil, surgiu na década de 1980 no âmbito da União. Segundo Fernandes, teve origem “[...] em um trabalho conjunto do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e do IPEA⁷” (FERNANDES, 1998, p. 7). Na bibliografia disponível, é possível encontrar algumas definições para a expressão gasto social, as quais indicam a concepção de que se trata do esforço financeiro que beneficia as pessoas em situação de necessidade.

Salienta-se, ainda, o conceito dado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que definiu gasto social como sendo “[...] aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social” (BRASIL, 2016, p. 1, grifo nosso). A gestão sobre o gasto social mostra-se extremamente relevante para a mudança de paradigmas relativos à pobreza e falta de oportunidades, bem como são capazes

⁶ O Portal da Transparência, gerenciado pela Controladoria Geral da União, dedica-se a apresentar todos aos cidadãos informações sobre como o dinheiro público é utilizado e está disponível no endereço: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

⁷ A sigla Ipea corresponde ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem como principal objetivo dar suporte técnico e institucional aos entes públicos por meio da pesquisa e divulgação de trabalhos científicos. Mais informações estão disponíveis em <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

de reduzir desigualdades, assim como agem como instrumentos de promoção social.

O gasto social não é neutro. Ele propicia crescimento com distribuição de renda. Ele foi muito importante para o Brasil superar a crise de 2008. Esse gasto tem uma grande importância como alavanca do desenvolvimento econômico e, logicamente, do bem-estar social (CASTRO, 2011. p. 1).

Para a Secretaria do Tesouro Nacional (2015), as funções que devem ser consideradas no cálculo do gasto social são: assistência social, educação, cultura, organização agrária, previdência social, saneamento básico, habitação, saúde, trabalho e emprego. O gasto com educação, portanto, combinado às demais funções acima, possui um objetivo especial se comparado com as outras despesas de Estado, pois mira a evolução social.

Depreende-se que toda e qualquer despesa pública, seja ela de qualquer valor, deve cumprir um objetivo fundamental e inafastável: o de atender às necessidades da sociedade. Nesse sentido, o gasto público não se encerra quando da saída dos recursos dos cofres públicos, é preciso verificar se a sua missão mais precípua está sendo cumprida. Pode-se dizer, portanto, que “[...] o gasto público não se esgota na liberação das dotações das unidades orçamentárias para as unidades de gasto e dos pagamentos efetuados por estas para os prestadores de bens e de serviços” (GOMES, 1999. p. 9), é preciso medir seus resultados. E com a educação não pode ser diferente.

2.2.1 Discussões sobre os gastos públicos em educação

O gasto público, incluindo-se o gasto em educação, deve obedecer aos preceitos legais referentes ao seu planejamento e execução. No caso objetivo do gasto com educação, a norma nacional apresenta regras bastante específicas que demandam um breve resumo sobre as principais questões que cercam esse dispêndio, em especial as suas fontes e principais programas. É preciso ficar claro que não se pretende, neste referencial teórico, apresentar toda e qualquer legislação que trate do gasto público em educação, ou todas as suas fontes e programas. Aqui, procurou-se enfatizar as questões mais relevantes de forma a viabilizar a compreensão da discussão proposta.

A Carta Magna vigente (Constituição Federal de 1988) traz, em seu art. 212, o seguinte dever a ser atendido pelos entes federativos:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de **dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, online, grifo nosso).

Esses são os percentuais mínimos que devem aplicar em educação a União (18%), Estados, Distrito Federal e Municípios (25%). Ou seja, nenhum gestor público poderá desobedecer a tal imposição legal, sob pena de crime de responsabilidade. Isso, por si só, já garante à educação um mínimo de recursos e demonstra a preocupação do legislador original com tal política pública. O Estado do Ceará ratificou tal obrigação em sua própria Constituição, a qual foi promulgada em 1989 (um ano após a Constituição Federal). O art. 216 traz a seguinte redação, a saber:

Art. 216. O Estado do Ceará destinará, anualmente, no orçamento do Estado, verbas a serem aplicadas com a educação, em montante nunca inferior a vinte e cinco por cento da arrecadação (CEARÁ, 1989, online).

Além de previsão em Constituição própria, o Governo do Estado do Ceará, conforme visto anteriormente, editou a Lei nº 16.448, de 12 de dezembro de 2017, a qual institui o Prêmio Foco na Aprendizagem, que prevê orçamento para pagar prêmio em dinheiro aos integrantes dos quadros funcionais das escolas da rede estadual de ensino. Segue trecho da norma relativo aos objetivos e fonte de recursos:

Art. 2º São objetivos do Prêmio Foco na Aprendizagem: I - mobilizar os gestores, professores, servidores e demais colaboradores da escola na implementação coletiva de um projeto pedagógico com foco na permanência e na aprendizagem dos estudantes para que todos concluam o Ensino Médio com qualidade; II - promover o engajamento de todos os integrantes do quadro funcional das escolas na construção de estratégias para o alcance das metas de aprendizagem de sua escola; III - premiar o quadro funcional das escolas que se destacarem no alcance de suas metas. [...]

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (CEARÁ, 2017, online).

Existem, ainda, outras fontes importantes de recursos para a educação, como é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2021).

Outra fonte é a contribuição social do Salário-Educação - SE, criada em 1964, através da qual as empresas recolhem o percentual de 2,5% aplicado sobre o valor da folha de salários mensal recolhido junto à contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (BASSI, 2011). O SE é dividido em cotas: a Cota Estadual e Municipal, equivalente a 2/3 (dois terços) dos recursos, é distribuída conforme a responsabilidade pela oferta da matrícula da educação básica, enquanto 1/3 (um terço) fica para a União.

Tendo sido apresentadas as principais fontes de gasto público com educação, faz-se necessário aprofundar a discussão que paira sobre a importância dessa variável nos resultados educacionais. O debate acerca da influência dos recursos financeiros na qualidade do ensino permeia, praticamente, todos os países. Fato que é natural, pois a “[...] população espera a melhor utilização dos recursos, pois existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos” (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001, p. 231).

O tema é polêmico e autores como Amaral e Menezes Filho (2009, p. 18) concluíram em sua pesquisa, “[...] que para o Brasil não existe relação entre gastos educacionais e desempenho escolar”. Segundo esses mesmos autores, estudos conduzidos por Eric Hanushek e Steven Rivkin, com foco na educação norte-americana, entre os anos 1890 e 1990, dão conta de que o fator financeiro tem pouca influência nos resultados educacionais. Vale destacar que o estudo promovido pelos pesquisadores brasileiros alcança algumas conclusões acerca da situação nacional a partir de análises promovidas em solo americano, o que demanda, por si só, atenção em torno do seu desfecho.

O estudo realizado por Monteiro (2015) também evidencia uma possível falta de relação entre investimento e consequências educacionais. Nele, foi feita numa análise comparativa entre os resultados obtidos por municípios geograficamente próximos, sendo que uns eram beneficiados por *royalties* da exploração de petróleo e outros não. A autora identificou um gasto em educação, em média, 14% maior nos municípios beneficiados, mas resultados educacionais semelhantes.

Encontra-se que aumentos da despesa municipal em educação estão associados a aumentos da escolaridade da população jovem, mas não há indicações que os municípios brasileiros que mais investiram no setor melhoraram relativamente a qualidade do ensino (MONTEIRO, 2015, p. 467).

A asserção da pesquisadora pode apresentar contradição, pois dá conta de que “aumentos da despesa municipal em educação estão associados a aumentos da escolaridade da população jovem”. Dessa forma, se há aumento da escolaridade, há uma melhora em uma dimensão da qualidade do ensino, aquela que se preocupa com o acesso educacional para todos. Portanto, parece incoerente dizer que “não há indicações que os municípios brasileiros que mais investiram no setor melhoraram relativamente a qualidade do ensino”, sendo que, como visto, a melhora ocorre em, pelo menos, uma dimensão.

Apesar de, hoje, a Lei nº 12.858/13 prever a destinação dos royalties do petróleo para a educação e saúde, havia (e há até hoje) uma conhecida e antiga controvérsia em torno do uso desses recursos. Sabe-se que o comprometimento (engessamento) de tais valores com educação (e saúde) diminui o grau de “discricionariedade” da classe política na hora de aplicar essas divisas, gerando uma narrativa contra a disposição legal. Essa situação foi tema de debates em diferentes instâncias, como se viu em declarações emitidas por professores de renomadas universidades brasileiras no ano de 2013, disponível no jornal *O Campus*, da Universidade de São Paulo (USP), em matéria intitulada “Especialistas apoiam uso de royalties do petróleo para educação”:

Nelson Cardoso Amaral, professor da Universidade Federal de Goiás e especialista em financiamento educacional, se diz favorável a destinar os royalties do petróleo para educação: “10% dos recursos do PIB é um valor elevado e o país precisa aproveitar todas as fontes de riqueza possíveis – e, principalmente a do petróleo que é finita e limitada em algumas décadas – para educar a sua população e evitar um quadro negativo.”

José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em Ribeirão Preto, também defende a proposta, mas adverte que “o pré-sal não é potencial gigantesco”. Ele defende também outras opções, como destinar parte dos lucros e dividendos de empresas públicas para educação: “Hoje, a maior parte desses lucros vai para o pagamento da dívida externa” (USP, 2013, online).

Outros estudos apresentam resultados completamente opostos, ao concluir que o esforço financeiro é fundamental para o desenvolvimento da educação. Sobreira e Campos (2008) defendem que a diferença entre a qualidade da educação brasileira, em relação a dos Estados Unidos, reside no grau de investimento feito em cada um desses países. Segundo esses pesquisadores, os norte-americanos gastam, aproximadamente, 7 mil dólares anuais por aluno (25% de sua renda per capita); já, no Brasil, as despesas anuais por estudante são de aproximadamente R\$ 900,00, cerca de 12% da renda per capita. Eles afirmam,

ainda, que os “[...] resultados apontam a importância do aporte financeiro e da qualificação do magistério para o aperfeiçoamento da qualidade da educação pública” (SOBREIRA; CAMPOS, 2008, p. 328).

Verifica-se que análises realizadas em contextos e conjunturas diferentes podem apresentar conclusões distintas, inclusive quanto à relação investimento *versus* resultado de indicadores de educação. Na busca de consensos em torno do tema, revela-se útil o entendimento apresentado por organismos internacionais com vasta experiência em realidades variadas.

A UNESCO apresentou estudo, no ano de 2007, para o segmento voltado para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, tendo emitido conclusões e recomendações com o intuito de cumprir com os objetivos de educação de qualidade para todos. Nesse documento, o referido organismo apresenta várias considerações acerca da importância de investimento para que se alcance a melhoria com os resultados educacionais. É o caso da recomendação nº 35, que demanda, entre outras: “[...] aumentar a prioridade destinada à educação nos orçamentos públicos e mobilizar a maior quantidade de recursos disponíveis” (UNESCO, 2007, p. 17). Conclui, ainda, que:

A evidência sobre os países da região, participantes deste estudo, dá conta de que os níveis de investimento são insuficientes para se conseguir que, pelo menos os que fazem parte do sistema educacional, alcancem níveis de aprendizagem aceitáveis. Ou seja, conta-se com evidência a favor de um incremento no volume absoluto dos recursos destinados à educação.

[...]

Alcançar as metas mais básicas, que assegurem o direito a uma educação de qualidade para todos, requer um incremento no volume absoluto de recursos alocados à educação (UNESCO, 2007, p. 79-80).

Nessa direção, Sobreira e Campos (2008, p. 345) afirmam que “[...] o desempenho dos alunos em exames de proficiência tem demonstrado declínio nos últimos anos, e o investimento público é importante instrumento para a reversão desse quadro”. Ao trazer os princípios unânimes inerentes aos atos da Administração, Silveira e Teixeira (2012) afirmam que não é a falta de recursos para a educação o que dificulta o aperfeiçoamento dessa política, e sim a falta de alocação eficiente. Os mesmos autores defendem, ainda, que é imprescindível que se identifiquem as variáveis que influenciam o desenvolvimento da educação para que, a partir daí, melhore-se a relação dos gastos públicos com sua qualidade. Vale ressaltar que o resultado do estudo realizado por Puccinelli, que se debruçou, de uma forma geral, sobre os municípios de todo o território nacional.

Compreende-se que recursos são fundamentais para a manutenção e aprimoramento da rede de ensino e da qualidade da infraestrutura física e também de remuneração do pessoal envolvido, contudo não há como se melhorar de forma eficaz a proficiência escolar dos alunos simplesmente aplicando mais recursos, mas sim os conjugando com outros elementos num projeto de longo prazo (PUCCINELLI, 2010, p. 14).

Vê-se que a relação entre gastos públicos em educação e os resultados obtidos nos indicadores de desempenho escolar não é simples, pois esse elo depende de fatores como conjuntura econômica, política e cultural, além de estar associado ao nível de integração com outras políticas públicas e, principalmente, ao grau de eficiência do investimento, pois, como apontado, não basta dispor de recursos, e sim bem aplicá-los. Apesar de complexa, não se pode dizer que a relação inexistente ou que essa é insignificante. É o que afirmam Dourado e Oliveira (2009, p. 211) ao defender que

O financiamento público é fundamental para o estabelecimento de condições objetivas para a oferta de educação de qualidade e para a implementação de escolas públicas de qualidade, envolvendo estudos específicos relativos aos diferentes níveis, etapas e modalidades educativas.

Após essa breve abordagem voltada aos gastos públicos – em que foi debatido seu conceito, bem como as questões relativas ao seu contexto, com ênfase nos gastos em educação –, passa-se, agora, à discussão sobre a educação propriamente dita, não apenas como política pública, mas como fenômeno social. Além da conceituação e da localização do tema no cenário nacional, serão debatidas as definições acerca do que se entende como educação de qualidade, bem como seus desdobramentos positivos quando implementada.

2.3 Educação: o desafio conceitual

O processo de conceituação da educação se torna mais acessível quando bem compreendida a evolução desse fenômeno social. A educação intencional, que compreende a educação formal e não formal surgiu com o desenvolvimento histórico da sociedade, como consequência da complexificação da vida social e cultural. A forma institucionalizada da educação e o surgimento da escola se dão na transição do comunismo primitivo para o escravismo antigo, quando da ruptura do modo de produção comunal e o consequente surgimento da sociedade de classes. Ao longo de todo o período antigo e medieval, a escola existiu como forma restrita de

educação, somente ascendendo à condição de forma principal dominante e generalizada de educação na época moderna.

Nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade. A partir da divisão dos homens em classes, a educação também foi dividida.

Saviani (2007), ao historicizar o processo pelo qual se deu a divisão do trabalho e, conseqüentemente, da educação e do trabalho, mostra que a divisão dos homens em classes provocou uma divisão também na educação, e que a partir desse fenômeno histórico introduz-se uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho.

Com o surgimento do modo de produção capitalista, a relação trabalho-educação passa por novas determinações, pois a sociedade capitalista, ao constituir a economia de mercado, inverteu os termos próprios da sociedade feudal. Nessa forma social, inversamente ao que ocorria na sociedade feudal, é a troca que determina o consumo.

Por isso esse tipo de sociedade é também chamado de sociedade de mercado. Nela, o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual para potência material. E a estrutura da sociedade deixa de se fundar em laços naturais para se pautar por laços propriamente sociais, isto é, produzidos pelos próprios homens. Trata-se da sociedade contratual, cuja base é o direito positivo, e não mais o direito natural ou consuetudinário.

Com isso, o domínio de uma cultura intelectual cujo componente mais elementar é o alfabeto, impõe-se como exigência generalizada a todos os membros da sociedade. E a escola, sendo o instrumento por excelência para viabilizar o acesso a esse tipo de cultura, é erigida na forma principal, dominante e generalizada de educação. “Esse processo assume contornos mais nítidos com a consolidação da nova ordem social propiciada pela indústria moderna no contexto da Revolução Industrial” (SAVIANI, 2007, p. 155).

Nesse novo ordenamento social que consolida a esfera pública, emerge a criação de um pacto social, onde a institucionalização da educação alterou

profundamente a forma social de conceber e produzir a educação e o ensino. A escola, como espaço destinado ao ensino, redundou na sistematização do processo educativo como algo deliberado, intencional e sistêmico e na incorporação da importante função social de ensinar conteúdos e habilidades necessários à participação do indivíduo na sociedade.

Silva Júnior e Ferretti (2004, p. 57), demarcam que a esfera pública, na qual se localiza a educação, se constitui no bojo do processo de criação do pacto social e de criação do poder político, instituídos no âmbito do Estado moderno. Assim, é a sociedade que outorga às instituições o direito de desempenharem determinados papéis, o que equivale dizer que o institucional “[...] teria sido produzido pelos e para os seres humanos”, e que a produção histórica do Estado moderno e de suas instituições se voltam para “[...] a construção, regulação e consolidação do pacto social” (SILVA JÚNIOR; FERRETTI, 2004, p. 53). De acordo com os autores citados, “[...] o ordenamento jurídico-burocrático do Estado moderno institui a escola com base no princípio liberal de que a educação é direito de todos e dever do Estado”.

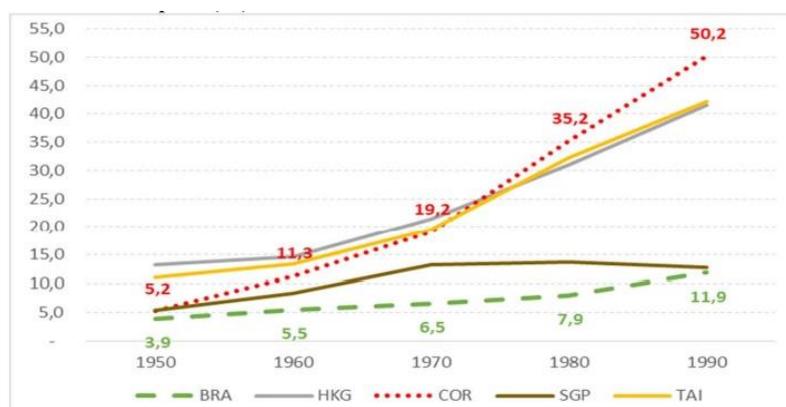
Nesse sentido, portanto, a educação passa a compor o rol das políticas públicas, simbolizando a evolução estatal. Ao se referir ao modelo norte-americano, por exemplo, Guy Peters (1986, p. 3, tradução do autor, grifo nosso) afirma que “[...] o governo dos Estados Unidos saiu de um Estado meramente vigilante, que oferecia defesa, proteção policial e **educação**, para uma imensa coleção de instituições que afetam a vida dos cidadãos”.

Dias e Pinto (2019, p. 449) defendem que “[...] a educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade”. Essa relação entre educação e os contextos político, econômico e cultural percorre dois caminhos simultâneos, em que um influencia o outro. Dessa forma, a educação pode promover mudanças na situação política, econômica ou cultural de uma sociedade, assim como o inverso acontece de forma concomitante: em que esses contextos influenciam os rumos da educação.

Pode-se citar como exemplo o caso dos “Tigres Asiáticos”, formados pela Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong, que nas décadas de 1950 e 1960 possuíam indicadores educacionais bastante parecidos com os brasileiros e, após forte investimento nessa política pública, apresentam, hoje, uma evolução

significativa em setores como economia, tecnologia, saúde etc. Um dos fatores para o forte desenvolvimento desse bloco de países foi o “[...] investimento na universalização da educação e na qualidade do ensino, permitindo a formação de capital humano e um grande avanço da ciência e tecnologia” (ALVES, 2019, p. 1). Pacheco (2021, p. 47), ao tratar do progresso alcançado por tais países asiáticos, chama especial atenção para o forte investimento feito na educação feminina, “[...] pois mulheres com mais educação afetam positivamente a educação dos filhos”.

Gráfico 1 – Percentual da População acima de 15 anos com pelo menos ensino secundário completo (%)



Fonte: Pacheco (2021, p. 47).

Nessa direção, Freire (2001, p. 4), afirma que “[...] não há, finalmente, educação neutra [...] que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la”. Esse autor, portanto, entende que a educação não pode ser isenta e está sempre associada a um direcionamento político, bem como à vontade política de pô-la em prática. Em conclusão similar, Dias e Pinto (2019) defendem que a educação é um processo social que se enquadra numa certa concepção de mundo, a qual estabelece os fins a serem atingidos pelo processo educativo de acordo com as ideias dominantes no contexto em que está inserida.

Supracitadas autoras reforçam a tese de que a educação se desenvolve em direção às ideias em vigor no ambiente em que estão inseridas. Isso não quer dizer que a educação somente cristaliza os dogmas vigentes, pois sem a educação a sociedade não é capaz de mudar (FREIRE, 2000).

Em contraponto à análise realista e política defendida por Freire (2000, 2001) e Dias e Pinto (2019), vale apresentar o conceito romântico e idealista trazido pelo pesquisador moçambicano Amâncio Rego (2018), que afirma que a educação tem como propósito formar o homem consciente, eficiente e responsável, sensibilizado por profundo respeito a tudo que existe, orientando o seu comportamento por valores sócio-morais. De fato, a educação, em sentido amplo, é a principal responsável pela formação do homem, devendo, nele, adicionar e fortalecer princípios éticos.

Ocorre que, como visto, o contexto econômico, cultural e o ânimo político exercem uma força que direciona a educação (portanto, a formação do homem) para diversos caminhos que, por vezes, divergem das melhores regras morais. Assim sendo, torna-se válido identificar os diferentes contextos sociais, para que se possa ampliar a compreensão do panorama educacional em que se atua e, a partir daí, definir: onde se quer chegar, qual o projeto de sociedade desejada e quais são as metas da educação a serem alcançadas para se obter sucesso no projeto de sociedade traçado. É o que defendem Dias e Pinto (2019, p. 449):

Pode-se deduzir que, embora a educação seja um processo constante na história de todas as sociedades, o processo educativo não é o mesmo em todos os tempos e em todos os lugares, e se acha vinculado ao projeto de cidadania e de sociedade que se quer ver emergir por meio desse mesmo processo.

Depreende-se, portanto, que há países (ou sociedades), cujo objetivo da educação é ampliar o número de escolas; em outros, o objetivo pode ser melhorar a proficiência dos alunos; em alguns, o objetivo pode ser manter o nível de educação já alcançado; em outros, o objetivo da educação pode ser promover uma completa ruptura para com as ideias e conceitos anteriormente mantidos. Tudo isso dependerá do “[...] projeto de cidadania e de sociedade que se quer ver emergir por meio desse mesmo processo” (DIAS; PINTO, 2019, p. 449).

Apesar dos objetivos educacionais serem, em regra, diferentes, é possível identificar conceitos transversais que se adequam a todos os casos. A educação deve, por exemplo, fornecer às crianças e aos adultos as bases culturais que lhes permitam decifrar, na medida do possível, as mudanças em curso (DELORS *et al.*, 1996). Já Nérici (1990) entende que a educação é o processo que visa orientar o educando para um estado que lhe permita encontrar-se conscientemente com a

realidade, para nela, comportar-se de maneira eficiente e responsável, a fim de serem atendidas necessidades e aspirações pessoais e da coletividade.

As definições apresentadas pelos autores citados parecem se complementar, pois ao ser capaz de “decifrar as mudanças em curso”, o ser humano consegue “encontrar-se conscientemente com a realidade” para que possa dar respostas eficientes que lhe permitam se inserir na sociedade. De fato, a educação é o meio para a ocupação de um espaço social (REALI; TANCREDI, 2005), seja pela formação profissional, seja pelo desenvolvimento cultural, seja pelo discernimento político, entre tantas outras competências que será capaz de desenvolver.

Voltando à discussão acerca dos objetivos educacionais (que passam, como visto, pela definição de um projeto social e pela disposição política), apreende-se que cada sociedade possui uma finalidade – objetivo ou meta – própria para essa política pública. Mas, como identificá-la? Onde está registrada essa finalidade? Segundo Rego (2018, p. 38, grifo nosso),

As finalidades da educação constituem os propósitos ou as intenções que se pretendem alcançar com as ações educativas, para o caso da educação que se realiza numa instituição escolar, sobretudo estatal, as finalidades da educação encontram-se plasmadas na Lei de Diretrizes e de Bases do Sistema de Educação do país.

Diante do esclarecimento dessa questão é possível chegar ao arremate da situação brasileira, já que o país possui, desde 1996, uma Lei de Diretrizes e Bases Nacional - LDB, que define, entre outras coisas, os princípios e os fins da educação do país. A Lei nº 9.394/1996⁸ traz, em seu artigo segundo, o seguinte texto:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, online).

Além da LDB, o Brasil instituiu o Plano Nacional da Educação - PNE, em 2014, através da Lei nº 13.005/2014⁹, que tem como objetivo traçar o caminho a ser seguido pelos gestores públicos para que se alcance a finalidade disposta na Lei de Diretrizes. Dessa forma, o PNE tem como principal objetivo tornar as aspirações programáticas da LDB em algo palpável, trazendo diretrizes a serem efetivadas e

⁸ A Lei nº 9.394, foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, que tinha como ministro da educação o economista Paulo Renato Souza.

⁹ A Lei nº 13.005/2014 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 25 de junho de 2014, sob a chancela dos ministros Guido Mantega, Henrique Paim e Miriam Belchior.

metas a serem cumpridas pelos executores das políticas. Segue o rol de diretrizes constantes no Plano Nacional de Educação:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, online).

Destaca-se, dos dez dispositivos legais, o inciso IV, o qual estabelece como uma das diretrizes educacionais do Brasil a “melhoria da qualidade da educação”. Mas o que é qualidade na educação e como melhorá-la? Essa é uma definição muito atrelada aos contextos específicos de cada sociedade, embora haja muitos conceitos compartilhados. Recomenda-se, portanto, ampliar a discussão sobre o tema, para que se possa compreender o que se entende por qualidade na educação, especialmente na realidade brasileira.

2.3.1 Discussões sobre a qualidade da educação no Brasil e no Ceará

Na formação humana da Grécia Antiga, berço do processo educacional ocidental, os sábios da época já se preocupavam em entregar aos seus alunos o melhor conhecimento possível. A educação do homem grego – a Paideia¹⁰ – visava formar um elevado tipo de homem (CRUZ, 2007). Há uma afirmação atribuída ao filósofo ateniense Sócrates¹¹, que viveu entre os anos de 470 e 399 antes de Cristo, a qual anuncia que “[...] só é útil o conhecimento que nos torna melhores”, evidenciando a preocupação que a sociedade clássica grega tinha com a qualidade da educação oferecida às gerações futuras. Nos dias atuais, e no Brasil, Freire

¹⁰ A Paideia era como os gregos chamavam todo o seu processo de formação e educação, em que os mestres repassavam aos seus discípulos o conhecimento.

¹¹ Sócrates foi um filósofo grego, da era clássica, considerado um dos fundadores da filosofia ocidental e teve, como um dos seus renomados alunos, Platão.

(2001), relaciona a qualidade da educação a um compromisso ético de conscientização política.

Vê-se que o tema qualidade da educação é contemporâneo ao surgimento da própria educação em si. Isso significa que, desde o primitivo momento em que a humanidade passou a transmitir o conhecimento adquirido para as gerações mais recentes, surgiram as primeiras análises e definições do que deveria ser lembrado ao longo do tempo, e como seria a melhor forma fazê-lo para se obter o melhor resultado. Isso, por si só, demonstra caracterizar um processo seletivo baseado em qualidade, pois não se repassa qualquer informação, mas apenas as que são de fato relevantes (de qualidade).

Da mesma forma, o modelo de ensino procura priorizar o método que traga o melhor resultado possível (também em uma preocupação com a qualidade do processo). Tudo isso faz sentido, pois a educação requer esforço (da família, do Estado, da sociedade) e, portanto, deve-se tentar otimizá-la ao máximo. Ao longo do tempo, e a depender das circunstâncias históricas, sociais, políticas e tecnológicas, o que se entende como “educação de qualidade” apresenta definições diferentes. A UNESCO¹² (2008, p. 29) entende que,

As qualidades que se exigem do ensino estão condicionadas por fatores ideológicos e políticos, pelos sentidos que se atribuem à educação num momento dado e em uma sociedade concreta, pelas diferentes concepções sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem, ou pelos valores predominantes em uma determinada cultura.

Na teoria do capital humano¹³, desenvolvida por Theodore William Schultz (ganhador do Nobel de economia no ano de 1979), o conceito de qualidade na educação encontra-se bastante relacionado ao desenvolvimento econômico da sociedade.

A base empírica de Schultz no desenvolvimento do que foi denominada de “teoria” do capital humano foi a observação de que as famílias que investiam mais em educação formal e em saúde tinham retornos maiores do que as demais [...] Ao final do seu experimento, na comparação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a escolaridade, Schultz encontra uma correlação altíssima entre ambas. Daí conclui, sem levar em conta o processo histórico marcado pela desigualdade entre as classes sociais e

12 UNESCO é a sigla para United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sendo uma agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é a paz mundial e a segurança.

13 A Teoria do Capital Humano defende que investimentos em educação ampliam as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que, em larga escala tende a influenciar positivamente as taxas de crescimento econômico dos países.

nações, que o investimento em educação é algo tão ou mais rentável que os de mais investimentos (FRIGOTTO, 2015, p. 216).

Percebe-se que a teoria do capital humano analisa a educação e sua qualidade de forma unidimensional, com foco no resultado econômico das nações, ignorando os demais segmentos da vida da coletividade. É como se essa política pública, tão importante para o desenvolvimento social, existisse com uma única e exclusiva finalidade: preparar as pessoas para servir ao mercado, fomentando, assim, o modelo de produção e o capital. Frigotto (2015, p. 2017) conclui que “[...] a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria”.

Tal lógica associa a qualidade da educação ao mesmo conceito utilizado na organização empresarial, como o da qualidade total, por exemplo. Na linha desse raciocínio, verifica-se que à educação, dada a sua especificidade e a natureza, não cabe uma simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores) que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta. Importante destacar que a qualidade da educação pode ser mensurada em termos dos resultados das aprendizagens consolidadas, mas que não se encerra nisso.

Isto posto, não se pode ignorar a importância dos efeitos da educação para o desenvolvimento econômico das sociedades, mas esse não pode ser o seu objetivo primário. Para Dourado *et al.* (2007, p. 9), “[...] estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões”. Ainda, segundo esse autor,

[...] a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 205).

No Brasil, por muito tempo, a educação de qualidade estava, de forma equivocada, associada à quantidade: seja de escolas, salas de aula, alunos matriculados, professores disponíveis etc. O engano era compreensível, já que o País carecia de oferecer uma educação universal, que pudesse incluir aqueles que estavam marginalizados e fora da rede de ensino.

Nessa direção, no caso brasileiro, ressalta-se que a efetivação de uma escola de qualidade se apresenta como um complexo e grande desafio. No Brasil, nas últimas décadas, registram-se avanços em termos de acesso e

cobertura, sobretudo no caso do ensino fundamental. Tal processo carece, contudo, de melhoria no tocante a uma aprendizagem mais efetiva (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 202).

Ocorre que o desafio da qualidade da educação nacional precisa avançar para o que, de fato, agrega valor à formação de sua sociedade. No Brasil, nunca se equacionou o problema da quantidade x qualidade. A universalização da Educação Básica se propôs a superar a “escola para poucos”, mas nunca se conseguiu atingir a meta da escola de qualidade para todos.

Educação não é o governo prover escolas para que os alunos sentem-se nos bancos escolares. É, provavelmente, muito mais do que isto. É essencial que os alunos adquiram domínio de um conhecimento e de um conjunto de técnicas (BARBOSA; PESSÔA, 2010, p. 296).

Atualmente, quando se fala em educação como política pública, a qualidade ganha contornos ainda mais relevantes, devendo atender a preceitos constitucionais inerentes à Administração do Estado, dentre eles o princípio da eficiência, em especial após o surgimento do movimento chamado de *New Public Management*¹⁴.

A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública (SOUZA, 2006, p. 34).

Além dos ditames constitucionais, o já citado Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) traz luz ao que se entende como qualidade e eficiência da educação no Brasil, sendo necessário fazer um apanhado dos dispositivos que tratam desse tema na norma, a fim de aprofundar a compreensão sobre o conteúdo. A referida lei traz em seu bojo as diretrizes do PNE.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

IV - **melhoria da qualidade** da educação;

[...]

Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a **avaliação da qualidade** da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

14 O *New Public Management*, ou Novo Gerencialismo Público é um fenômeno mundial que busca modernizar a forma de gerenciar os serviços públicos, utilizando-se de princípios e metodologias do mercado privado.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a **cada 2 (dois) anos**:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo **censo escolar da educação básica**;
[...]

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles (BRASIL, online, 2014, todos os grifos nossos).

Dessa forma, o PNE materializa as questões relativas à qualidade da educação do Brasil, pois traz esse objetivo como uma diretriz, além de estabelecer que todos os entes federados devem se envolver na coordenação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Esse sistema produz, a cada dois anos, os indicadores de rendimento escolar como o índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Além disso, o PNE define, de forma literal, os índices a serem perseguidos pelos estudantes e pela rede de ensino, em todo território nacional, como forma de se avaliar a qualidade da educação no Brasil. O Anexo I da norma, denominado metas e estratégias, define a meta 7 (sete) como sendo “[...] fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014, online).

Tabela 1 – Metas Ideb

| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| Anos finais do ensino fundamental | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 |
| Ensino médio | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |

Fonte: Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

Vale destacar que o PNE faz também referência ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA¹⁵, tendo como meta “melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no

¹⁵ O Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. O exame é realizado a cada três anos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido”, sendo essas as pontuações a serem buscadas:

Tabela 2 – Metas PISA

| PISA | 2015 | 2018 | 2021 |
|--|------|------|------|
| Média dos resultados em matemática, leitura e ciências | 438 | 455 | 473 |

Fonte: Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

É preciso, no entanto, dar ênfase ao Ideb, já que esse é o indicador de qualidade da educação mais utilizado no Brasil, associando-o aos conceitos do Novo Gerencialismo Público que, entre seus princípios, prevê a constante necessidade de medir os resultados das políticas públicas. É nesse contexto que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep atua. O Inep, que surgiu, a princípio, como Instituto Nacional de Pedagogia – criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 –, é um órgão vinculado ao Ministério da Educação. Sua missão¹⁶ é “[...] produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País” (BRASIL, 2021, online), e suas finalidades¹⁷ são:

- I - subsidiar o poder público no monitoramento e na avaliação do Sistema Nacional de Educação;
- II - subsidiar o planejamento de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade para todos e para cada um;
- III - propor e definir parâmetros, critérios e mecanismos de realização para as avaliações dos sistemas de educação em todos os níveis e modalidades, bem como para os processos de certificação de competências, em articulação com os sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- IV - planejar, desenvolver, implementar e organizar, na área educacional, sistemas de avaliação, estatísticas, testes de desempenho, pesquisas quantitativas e qualitativas ou qualquer outra metodologia necessária à produção e à disseminação de informações sobre os sistemas educacionais;
- V - realizar o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior;
- VI - planejar, gerir, monitorar e coordenar as atividades necessárias à operação logística das avaliações realizadas pela Autarquia;
- VII - subsidiar a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos, pesquisas e estudos decorrentes das

¹⁶ A Missão do Inep está disponível no endereço: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores>.

¹⁷ As finalidades do INEP estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias>.

estatísticas e das avaliações da educação em todos os seus níveis e modalidades;

VIII - promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação;

IX - apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas de avaliação educacional, em articulação com o sistema nacional de avaliação e seus respectivos sistemas de educação;

X - estabelecer cooperação e assistência junto a órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, destinadas à promoção e ao desenvolvimento das atividades do Inep;

XI - desenvolver, em parceria com países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior;

XII - exercer outras atribuições previstas em lei (INEP, Portaria nº 986) (BRASIL, 2017, online).

Para cumprir sua missão, o Inep realiza, periodicamente (a cada dois anos), a medição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, que se apresenta como uma ferramenta de gestão em demasia importante para aferir os efeitos do esforço governamental com tal política.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). (BRASIL, 2021, online).

Para Dourado (2007, p. 9), “[...] a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno”, e é por meio desse índice que são planejadas, executadas e geridas as políticas e programas na área da educação, e “[...] a partir de 1995, o Inep passa a construir uma série histórica dos resultados das avaliações para alunos [...] em Língua Portuguesa e Matemática” (SILVEIRA; TEIXEIRA, 2012, p. 6). O Ideb é, hoje, o indicador utilizado para nortear as ações de melhoramento da educação em todas as esferas do país, criando, em certo nível, uma integração entre a União, os 26 Estados e Distrito Federal, e os mais de 5.500 municípios do País. O Ideb, portanto,

Passou a ser, além de propositor de políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade. Embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir deste – e da divulgação dos seus resultados – que se mobilizam ações para melhoria da qualidade (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 464).

No Ceará não é diferente, e o Ideb é utilizado para apurar os efeitos das políticas públicas voltadas para a educação, havendo informações e notícias

relativas à utilização do indicador como um importante validador de sua estratégia nessa área, ao ponto de o gestor máximo do Estado envolver-se na apresentação dos resultados da avaliação, como aconteceu em 2020 em que o resultado do Ideb da rede pública cearense foi apresentado pelo próprio governador do Estado durante uma de suas inserções nas redes sociais (CEARÁ, 2020). O Estado também se destaca por fomentar iniciativas autônomas de avaliação da qualidade da educação. É o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – Spaece¹⁸, cujo objetivo é “[...] fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da Rede Pública de ensino” (CEARÁ, 2021, online).

Além disso, outra importante ação no âmbito do estímulo à qualidade do ensino (consequentemente, da educação) vem colhendo importantes resultados. Em 12 de dezembro de 2017, através da Lei nº 16.448, o Governo do Estado instituiu o Prêmio Foco na Aprendizagem, destinado ao quadro funcional das escolas da rede estadual. A láurea paga uma gratificação pecuniária ao quadro de professores e demais servidores de escolas que se destacam no Spaece. O uso sistemático do indicador gerado pelo Ideb, aliado às iniciativas autônomas, tem fomentado a evolução pujante da educação cearense e coloca o Estado em posição de destaque nacional em termos de ensino.

O Ceará consolidou sua posição como referência de educação pública de qualidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2019, divulgado nesta terça-feira (15) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação.
[...]

Ainda de acordo com o principal indicador que avalia a qualidade da educação básica, o Ceará apresenta a melhor evolução nos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) quando comparado às demais unidades da federação. A rede pública alcançou a nota 6,3 em 2019, superando em 1,5 ponto a meta estabelecida pelo Ministério da Educação (CEARÁ, 2020, online).

É válido ressaltar que, apesar de esta pesquisa adotar como referência de qualidade educacional o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que leva em consideração “a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep” (BRASIL, 2021) – critérios que se

18 O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE teve suas primeiras ações iniciadas em 1992 e mede as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática das escolas estaduais e municipais do Estado do Ceará.

apresentam de forma quantitativa – essa não é a única variável que denota qualidade na educação. Vale reiterar que, conforme visto anteriormente, o conceito de qualidade é multidimensional e pode ser analisado sob vários aspectos de desenvolvimento social.

Dessa forma, este trabalho não tem a pretensão de apresentar todas as ações voltadas à qualidade da educação no País e no Estado, tendo sido discutidas, nesta seção, as questões mais relevantes, com foco no bom desenvolvimento da pesquisa, a resposta aos seus problemas e o alcance de seus objetivos. Agora, faz-se necessário compreender os efeitos virtuosos que a educação de qualidade pode trazer para a sociedade, destacando a importância dessa política pública diante da concorrência por recursos frente a outras ações de Estado.

2.3.2 Os benefícios de uma educação de qualidade

Antes de iniciar o debate acerca dos possíveis benefícios apresentados pela efetivação de uma educação de qualidade, demonstra-se significativo reprimir que as definições acerca desse conceito podem trilhar caminhos diferentes ou, até mesmo – opostos entre si, a depender de – conforme já abordado no item anterior, de circunstâncias históricas, sociais, políticas, ideológicas, tecnológicas etc.

Trata-se de um conceito com grande diversidade de significados, com frequência não coincidentes entre os diferentes atores, porque implica um juízo de valor concernente ao tipo de educação que se queira para formar um ideal de pessoa e de sociedade (UNESCO, 2008, p. 29).

Nas teorias neoliberais, a qualidade em educação é associada ao desenvolvimento econômico, e um exemplo é a já citada teoria do capital humano. Segundo Silveira e Teixeira (2012), tal doutrina busca demonstrar a relação entre o desempenho escolar, medido por testes centralizados (assim como o Ideb), como um fator importante para o crescimento econômico. Ainda, segundo ele, aumentos relacionados a essas variáveis têm como consequência a melhoria na renda individual e maiores taxas de crescimento do produto interno. Com frequência, “[...] esta se aglutina com eficiência e eficácia, considerando a educação como um produto e um serviço existente no mercado, que tem que satisfazer aos usuários” (UNESCO, 2008, p. 29).

Já na ótica da doutrina socialista, a educação era tida como fundamental para o desenvolvimento da relação de trabalho e a emancipação do proletariado, de

forma que o homem não fosse consumido, tal qual um insumo do processo de produção, mas se tornando um protagonista deste. Kelniar *et al.* (2013, p. 3) observa que Marx defendia que “[...] os trabalhadores devem investir em educação para adquirir capacidade de serem os formadores do estado”. Marx (1996) ensina que,

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis (MARX, 1996, p. 289).

Para Freire (2001), a qualidade da educação está associada ao processo de transformação social que pode ocorrer tendo-a como instrumento. Ao longo de toda a sua obra, esse pensador brasileiro reforça a importância de a educação ser utilizada para a libertação da sociedade através da conscientização política e reitera que ambas, educação e política, precisam estar intimamente relacionadas.

Qualidade da educação; educação para a qualidade; educação e qualidade de vida, não importa em que enunciado se encontrem, educação e qualidade são sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra (FREIRE, 2001, p. 24).

Considerando as diferentes correntes e óticas que podem alterar o conceito de educação de qualidade, destaca-se que esta “[...] não se circunscreve a médias, em um dado momento, a um aspecto, mas configura-se como processo complexo e dinâmico” (DOURADO, 2009, p. 207). É preciso, no entanto, aprofundar a discussão acerca das consequências advindas da boa educação, as quais devem justificar todo o esforço estatal para o seu desenvolvimento.

O historiador americano Henry Adams (1973, p. 243) afirmou que, “[...] um professor sempre afeta a eternidade; é impossível dizer até onde vai a sua influência”. Ampliando a interpretação da sentença, é possível trocar a expressão “um professor” por “a educação” sem que haja qualquer prejuízo na veracidade da frase, já que o desenvolvimento social promovido por meio da educação tende a facilitar mudanças duradouras na coletividade.

No segmento da segurança, por exemplo, um estudo do Unicef¹⁹ relacionado à violência entre os jovens no Estado do Ceará, dá conta de que “[...]

19 A Unicef é uma agência especial da ONU que “atua em mais de 190 países e territórios para salvar as vidas de crianças, defender os seus direitos, e ajudá-las a alcançar os seus potenciais, desde a mais breve infância até a adolescência” (UNICEF, 2021, tradução do autor). Mais informações encontram-se disponíveis em: <https://www.unicef.org/>.

mais de 70% dos adolescentes que foram assassinados em 2015, nas sete cidades cearenses pesquisadas, estavam fora da escola há, pelo menos, seis meses” (UNICEF, 2019, p. 21). Nessa mesma linha, de acordo com o Ipea, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma redução de 2% na taxa de pessoas assassinadas nos municípios brasileiros (BRETAS, 2016).

A pobreza mundial poderia ser reduzida pela metade em quase uma geração se todos os adultos completassem a educação secundária superior (Ensino Médio), segundo as recentes descobertas do UNESCO e dos relatórios de monitoramento global da educação (UNESCO, 2021, online).

Vê-se que, no âmbito da economia, estudos apontam que o abismo entre países tem relação direta com a formação educacional de suas sociedades. Barbosa e Pessoa (2010), pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, entendem que, apesar de haver muitas variáveis em questão, a partir de uma ótica econômica do impacto da educação sobre o nível da renda de longo prazo, é possível deduzir que, aproximadamente, 40% da diferença de renda entre o Brasil e os Estados Unidos explica-se pelo atraso educacional no país da América do Sul.

Nesse aspecto, a situação brasileira é de desvantagem, pois a baixa qualidade da educação no Brasil representa um enorme prejuízo social e econômico para a sua população. Para a socióloga Lúcia Bruno (2011, p. 561), “[...] essa situação geral da educação no Brasil representa, do ponto de vista do capital, um verdadeiro colapso do seu controle sobre a produção de capacidade de trabalho, comprometendo o processo de crescimento econômico na sua base”.

Depreende-se que é preciso voltar os olhos para a educação de qualidade, sob pena de permanecer, o Brasil, estagnado como eterna nação em desenvolvimento. A situação torna-se ainda mais emergente diante da globalização mundial, pois, nesse novo contexto, ressurgiu a condição de países dominantes e dominados, pois nessa dinâmica de colonização própria do século XXI, a qualidade da educação e a tecnologia (que é um ativo dependente e fomentado pela educação de excelência) representam as armas de dominação.

E, por tudo que foi visto, pode-se afirmar que a educação de qualidade tende a transformar cenários. Segundo a UNESCO (2021), “[...] a educação é a chave para o desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades”. Além disso, para Barbosa e Pessoa (2010, p. 277),

A educação pode aumentar a proximidade entre as pessoas, o que facilita a comunicação, reduzir a criminalidade, aumentar a consciência política (melhorando a democracia), reduzir as taxas de fertilidade e/ou melhorar a qualidade dos pais, conscientizar as pessoas em relação a vícios, dentre outros benefícios [...].

Resta, agora, focar no universo compreendido no escopo deste trabalho, ou seja, o Estado do Ceará, e buscar identificar a possível correlação entre os gastos públicos estaduais em educação e o resultado dos indicadores de desempenho do Ensino Médio das escolas públicas estaduais, medido pelo Ideb, entre os anos 2004 e 2019. Porém, antes, mostra-se relevante realizar uma revisão da bibliografia, ainda no campo do debate teórico, acerca da metodologia adotada para identificar e quantificar a relação entre despesas públicas e o resultado de desempenho na educação. Ressalte-se que a escolha da metodologia adequada é crucial para o sucesso de qualquer pesquisa.

2.4 A regressão linear como ferramenta de avaliação de políticas públicas

Antes de adentrar no detalhamento da metodologia utilizada neste trabalho, ganha importância a necessidade de se estabelecer, através do debate teórico, como a regressão linear vem sendo utilizada em pesquisas no campo das ciências sociais, e como essa ferramenta pode ser uma aliada da consistência metodológica para a pesquisa acadêmica. A técnica da regressão linear já é utilizada em áreas como economia, engenharia e biologia, mas vem ganhando cada vez mais força em outros campos de estudo, como é o caso das ciências humanas. Isso ocorre, em especial, pelo fato de que a regressão é capaz de prover consistência metodológica à pesquisa, principalmente quando se objetiva explorar a relação (e correlação) entre dois fenômenos.

Segundo Sampaio (2015), que se dedicou a fazer extensa revisão bibliográfica, além de pesquisas em diversos trabalhos acadêmicos e estudos de caso, “[...] a análise de regressão e correlação linear é uma ferramenta estatística poderosa e capaz de estimar parâmetros desconhecidos e ainda prever a correlação entre variáveis” (SAMPAIO, 2015, p. 9). Além disso, a regressão linear pode ser utilizada como uma importante ferramenta de avaliação de políticas públicas. Estudos de correlação aplicados a programas e serviços disponibilizados à população podem se tornar verdadeiros instrumentos de controle e gestão para governos, pois esse modelo é capaz de aferir os efeitos das ações práticas.

No Brasil, a pesquisa científica no âmbito das ciências sociais ainda utiliza pouco os métodos quantitativos. Após amplo estudo sobre o tema, Soares (2005, p. 48) afirmou que “[...] a ciência política no Brasil enfrenta um período difícil [...] Há uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística”. Ao falar sobre a técnica dos mínimos quadrados ordinários aplicada à regressão linear, Figueiredo *et al.* (2011, p. 46) afirma que “[...] é o modelo estatístico mais usualmente empregado na ciência política contemporânea [...]. No Brasil, a utilização pode ser considerada tímida, sobretudo se comparada à norte-americana”.

Vê-se que o mesmo ocorre com os estudos voltados para a área da educação. Para Gatti (2004), nesse segmento, análises quantitativas permitiriam desmistificar representações e preconceitos construídos a partir do censo comum cotidiano. Ainda, segundo ela,

Estas análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico (GATTI, 2004, p. 26).

A baixa utilização de métodos quantitativos, como a regressão linear, não se justifica, pois, tal modelo se aplica a toda e qualquer pesquisa que se deseje um grau de precisão maior, já que a “[...] análise da regressão assume que as variáveis são medidas sem erro, uma clara impossibilidade em muitas pesquisas nas ciências sociais e comportamentais” (FIGUEIREDO *et al.*, 2011, p. 46).

Demonstra-se, portanto, a possibilidade de uso de técnicas estatísticas de regressão nos mais variados nichos de estudo, incluindo as Ciências da Natureza (Física, Biologia, Química etc.), Ciências da Saúde (Medicina, Farmácia, Nutrição etc.), bem como as Ciências Sociais (Sociologia, Política etc.), dentre outros (RODRIGUES, 2012).

O panorama tende a mudar, no sentido de haver cada vez mais pesquisas, e até mesmo modelos de gestão de políticas públicas, que reconhecem a importância da análise quantitativa baseada em modelos estatísticos para a população. “Os conhecimentos sobre probabilidade e a necessidade de amostragem, de poder estimar parâmetros etc. penetraram um número cada vez maior dos cientistas políticos e sociais” (SOARES, 2005, p. 48).

A potencialidade é enorme, pois a humanidade dispõe de uma quantidade maior de dados a cada dia, assim como capacidade de armazená-los e tratá-los. Não se pode perder a oportunidade de fazer com que toda essa massa de informações seja bem utilizada na avaliação de políticas públicas e para o desenvolvimento social.

3 METODOLOGIA

3.1 A regressão linear de dados em série

Este trabalho se propôs a investigar se existe correlação entre gastos públicos em educação e os resultados obtidos no Ideb para o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará, além de avaliar, nos objetivos específicos, se possível, o quanto (em percentual) os gastos determinam o indicador de qualidade educacional e a possibilidade de estimar o esforço financeiro necessário para a melhoria do indicador de qualidade da educação.

Além disso, as variáveis analisadas são, de um lado, os gastos públicos em educação (variável independente) e, do outro, a pontuação obtida no Ideb (variável dependente). Considerando que o universo estudado é composto por dados seriados (despesa e índices alcançados a cada ano), o método estatístico utilizado é a regressão de dados em série. Sendo assim, faz-se primordial entender o funcionamento desse modelo, a fim de compreender se ele é capaz de dar as respostas atreladas aos objetivos, bem como se ele se adequa a este tipo de pesquisa, qual seja: a pesquisa no campo das ciências sociais.

A regressão de dados tem como objetivo “[...] resumir a correlação entre X e Y em termos de direção (positiva ou negativa) e magnitude (fraca ou forte) dessa associação” (FIGUEIREDO *et al.*, 2011, p. 49). Dessa forma, essa técnica permite observar questões fundamentais da relação entre dois fatores. Primeiro, responde se há ou não correlação entre eles; depois, consegue concluir se essa correlação é positiva (ou seja, aquela em que, quando um dado aumenta, o outro também aumenta) ou negativa (quando um aumenta, o outro diminui), além de dizer se essa correlação é fraca ou forte.

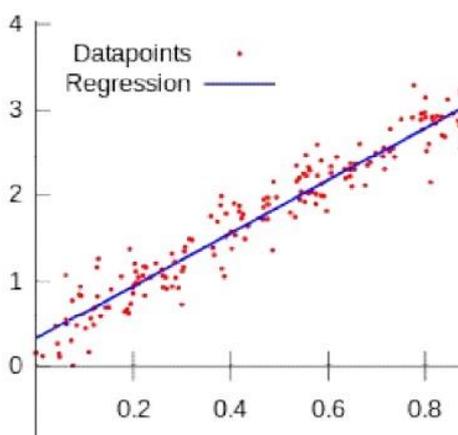
De modo geral, a quantificação do grau de associação entre duas variáveis é feita pelos chamados coeficientes de associação ou correlação. Essas são medidas que descrevem, por meio de um único número, a associação (ou dependência) entre duas variáveis (MORETTIN; BUSSAB, 2010, p. 76).

É importante chamar atenção para o fato de que o modelo da regressão linear possui como principal foco de estudo um gráfico, conhecido também como diagrama de dispersão. “Em um modelo bivariado, uma forma simples de observar a relação entre X e Y é através de um gráfico de dispersão” (FIGUEIREDO *et al.*, 2011, p. 53). A partir da observação do diagrama de dispersão é possível identificar a

força da correlação entre as duas variáveis, de acordo com a proximidade dos pontos em relação à reta de tendência (RODRIGUES, 2012).

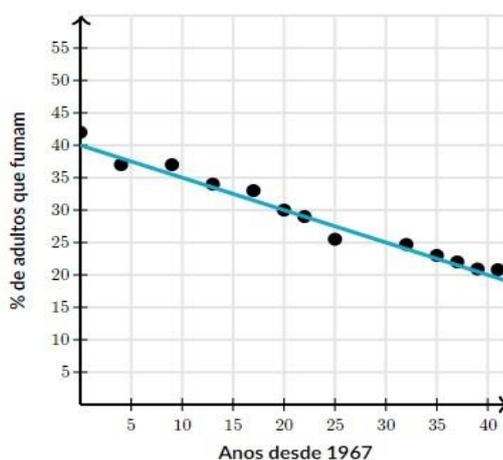
A reta em questão é resultante de uma equação linear obtida a partir das variáveis em estudo. Essa reta de regressão “[...] funciona como uma ferramenta para estimar com uma precisão muito boa uma relação que existe, e pode ser observada graficamente” (SAMPAIO, 2015, p. 9). Assim, a partir da organização dos dados em dois eixos – assentando a variável independente no eixo “x” e a variável dependente no eixo “y” –, é possível identificar, logo de partida, se as duas variáveis possuem correlação entre si, bem como o sentido dessa correlação. Caso não seja possível traçar uma reta de tendência que passe entre os pontos do gráfico, não haverá correlação. Seguem alguns exemplos:

Figura 1 – Exemplo de reta de regressão linear positiva

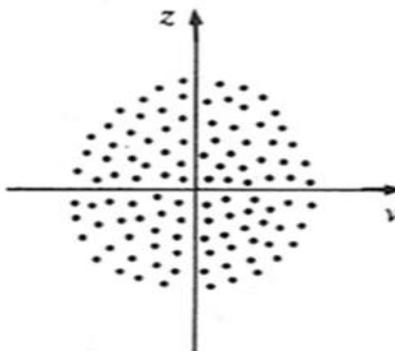


Fonte: Nilo de A. Sampaio (2015).

Figura 2 – Exemplo de reta de regressão linear negativa



Fonte: Kahn Academy (2021).

Figura 3 – Exemplo de uma não correlação

Fonte: Hoffman (2016).

Na Figura 1, tem-se uma representação de correlação (pois é possível traçar uma reta de tendência que passa exatamente entre os pontos do gráfico) positiva, ou seja, quanto mais a variável independente (x) aumenta, aumenta a variável dependente (y). Um exemplo, proposto por este autor, de correlação positiva pode ser aquela que apresenta a ocorrência de câncer de próstata em função da faixa etária. Quanto mais a variável (independente) idade aumenta, aumenta a chance de ocorrência da doença (variável dependente).

Já na Figura 2, tem-se uma representação de correlação negativa, ou seja, quanto mais a variável independente aumenta, diminui-se a variável “ y ”. Em outro exemplo de autoria deste autor, a correlação negativa pode ser aquela que representa o grau de obesidade em relação à resistência a exercícios aeróbicos. Nesse caso, quanto maior é o índice de massa corporal do indivíduo, menor é a sua resistência (em minutos, por exemplo) a exercícios.

Na Figura 3, tem-se o caso clássico de duas variáveis que não possuem correlação. Observa-se que os resultados de “ y ” a partir do valor de “ x ” são completamente aleatórios, não há um padrão. Nesse caso, não é possível traçar uma reta de tendência, e pode-se afirmar que mudanças em “ x ” não afetam “ y ”. É a situação, em exemplo sugerido por este autor, da variação da temperatura média num ponto do oceano em relação à velocidade imprimida por um barco em outro ponto qualquer, pois este fenômeno não altera o anterior.

O método estatístico da regressão linear é, ainda, capaz de medir o grau de associação entre duas variáveis, conhecido como coeficiente de Pearson ou “ R ” de Pearson. Quando o fator “ R ” alcança -1 , a correlação é considerada negativa perfeita e, quando o coeficiente atinge $+1$, é considerada positiva perfeita. Dessa

forma, para medir a força da correlação, “[...] recorre-se ao coeficiente de correlação linear de Pearson que pode variar de -1 a 1. Quanto mais próximo de -1 ou de +1, maior o grau de associação; e quanto mais próximo de zero, menor” (OLIVEIRA; SANTOS NETO, 2017, p. 7).

A correlação pode, ainda, ser “[...] classificada como muito forte quando os valores do coeficiente de correlação são maiores ou iguais a 0,90 e menores que 1,0” (CANCIAN, 2015, p. 4). Assim, segundo Sampaio (2015), convencionou-se que o coeficiente de Pearson pode ser interpretado da seguinte forma:

- 0,70, para mais ou para menos, indica uma correlação forte;
- 0,30 a 0,70, positivo ou negativo, indica uma correlação moderada; e
- 0 a 0,30, significa uma correlação fraca.

O estudo da correlação entre dois fenômenos através da regressão linear oferece, também, um dado estatístico de extrema relevância para as pesquisas acadêmicas, que é o R-Quadrado (R^2). “A análise de regressão linear fornece o valor do coeficiente de determinação, dado como (R^2), sendo este o parâmetro que mede a interdependência linear entre as variáveis, avaliando a qualidade do ajuste”. (OLIVEIRA; SANTOS NETO, 2017, p. 7).

Na prática, o “ R^2 ” apresenta o quanto a variável independente (no caso deste estudo: gastos públicos com educação) explica, ou determina, a variável dependente (nesta pesquisa: o indicador Ideb do Ensino Médio da rede pública estadual), o que pode ser representado por meio da figura seguinte:

Figura 4 – “x” determinando “y”



Fonte: elaborada pelo autor.

A abordagem metodológica da regressão linear permite, também – para que não haja dúvidas quanto a consistência da pesquisa acerca da associação entre dois fenômenos – que se estime a possibilidade de a correlação calculada não ser verdadeira, através do índice de verossimilhança de Fisher, ou valor-P de Fisher. Para Morettin e Bussab (2010, p. 308) uma amostra verossímil é aquela que “[...] fornecesse a melhor informação possível sobre um parâmetro de interesse da

população, desconhecido, e que desejamos estimar”. Ainda, segundo esses autores, Fisher tomou como ponto de referência o valor 0,05: valores do valor-p menores do que 0,05 indicam que devemos rejeitar a hipótese nula, ou seja, rejeita-se a hipótese de uma correlação falha.

Tabela 3 – Escala de significância de Fisher

| valor-p | 0,1 | 0,05 | 0,025 | 0,01 | 0,005 | 0,001 |
|-----------------------|----------|----------|-------------|-------|-------------|------------|
| Natureza da Evidência | marginal | moderada | substancial | forte | muito forte | fortíssima |

Fonte: (Estatística Básica/Pedro A. Morettin, Wilton O. Bussab. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2010, p. 350).

Para este trabalho, portanto, o método da regressão linear de dados em série mostrou-se adequado, já que, aqui, pretendeu-se estudar a relação entre gasto público e o resultado do Ideb, tendo como primeiro objetivo identificar se existe tal correlação. Além disso, foi possível identificar se essa correlação é positiva ou negativa, bem como a sua força e o grau de influência da variável independente (gasto público) sobre a variável dependente (indicador Ideb).

Nesta pesquisa, portanto, foi utilizada a metodologia quantitativa, por meio da regressão linear de dados em série, com objetivo explicativo, combinando procedimentos de pesquisa documental e *ex-post-facto*. A análise debruçou-se sobre a evolução dos gastos públicos em educação, utilizando como fontes de dados as informações constantes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi²⁰, os quais disponibilizam bases oficiais da gestão pública, de forma a garantir credibilidade às informações. Nesse momento, foram apresentados gráficos de evolução, retas de tendência, bem como comparação de períodos. A intenção era simplificar a compreensão e, principalmente, viabilizar os resultados investigatórios e comparativos.

Na sequência, foi feito um estudo aprofundado sobre os resultados do indicador Ideb para o recorte temporal proposto, sendo todos os dados coletados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. De forma similar ao tratamento dado às informações relativas ao gasto público, foram apresentados gráficos de evolução, retas de tendência, bem como

²⁰ O Siconfi é um sistema do Tesouro Nacional, cujo objetivo é reunir as informações financeiras da União, Estados, Distrito Federal e os mais de 5.500 municípios brasileiros. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 9 dez. 2021.

comparação de períodos. Além disso, foram feitas comparações com resultados obtidos por outros Estados.

Dando continuidade ao trabalho acadêmico com o intuito de se alcançar os resultados propostos, foi realizada a regressão linear dos dados relativos aos gastos públicos com educação e os índices alcançados no Ideb pelo Ensino Médio da rede pública estadual. Para tanto, utilizou-se a ferramenta Microsoft Excel. A regressão permitiu identificar a existência de correlação entre as políticas públicas, bem como definir em que nível os gastos públicos determinam os resultados dos alunos no Ideb. Além disso, o estudo foi capaz de estimar o volume de gastos necessários para melhorar os resultados no Ideb.

4 PESQUISA

4.1 O comportamento dos gastos públicos em educação no Ceará entre 2004 e 2019

Antes de iniciar a apresentação acerca da condução da pesquisa, reforça-se que todos os dados acessados, para que fosse realizada a análise quanto ao comportamento dos gastos públicos em educação no Ceará, são públicos e encontram-se disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, tendo sido anexados, neste trabalho, os *prints* das consultas, ano a ano. Além disso, segue, abaixo, um tutorial resumido para se proceder à consulta ao referido ao banco de dados.

Primeiramente, o usuário interessado pode acessar o site <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>; depois, clicar na aba “Consultas”; em seguida, clicar em “Consultar Finbra”; depois, clicar em “Contas Anuais”. Na tela que se apresenta, o usuário deverá selecionar o “exercício” (ano) que deseja consultar; depois, o “escopo”, que nesse caso deve ser “Estados/DF”; em seguida, deve selecionar a tabela “Despesas por Função (Anexo I-E)”, não sendo necessário selecionar um “Período de Homologação/Retificação”; em seguida, deve digitar o código *captcha*. Após a execução dos passos acima, o sistema disponibilizará um arquivo de planilha com informações de todos os Estados da Federação, podendo o usuário realizar a sua pesquisa. Segue, abaixo, o *print* da tela de consulta do Siconfi.

Figura 5 – Tela do Siconfi – área pública

Página Inicial / Contas Anuais
 Contas Anuais
 Exercício: *
 2018
 Escopo: *
 Estados/DF
 Tabela: *
 Despesas por Função (Anexo I-E)
 Período de Homologação/Retificação:
 [] a []
 Digite o código que aparece acima

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.

Antes de adentrar à análise dos gastos no período de 2004 a 2019, é preciso verificar a necessidade de tratamento dos dados, a fim de que o estudo chegue a julgamentos corretos e resultados mais precisos. Esclarece-se que os números apresentados neste trabalho sempre se referem aos valores efetivamente pagos, ou seja, anteriormente empenhados e liquidados, e não apenas aqueles somente empenhados.

O motivo para adoção desse critério se dá pelo fato de que, aqui, busca-se compreender o impacto dos recursos financeiros efetivamente utilizados. Sabe-se que o mero empenho, muitas vezes, não se materializa em um desembolso estatal. Outro critério adotado para admissão dos números é de que não se pode considerar exclusivamente os valores constantes da conta dos gastos com o “Ensino Médio”, devendo ser aglutinado a esses as despesas registradas na rubrica “demais subfunções”.

Existem dois motivos para essa composição: o primeiro é que são registradas nas contas “demais subfunções” despesas fundamentais para que a educação alcance os seus resultados, como por exemplo, os gastos com a formação do corpo docente, o desenvolvimento científico e sua difusão, tecnologia da informação, entre outros. O segundo motivo se deve ao fato de que os critérios para

a classificação dos gastos não são precisos e, em razão disso, observou-se que algumas despesas as quais, costumeiramente, eram registradas na rubrica “demais subfunções”, eventualmente, num ano específico, foram inseridas na rubrica Ensino Médio, em razão de uma mudança temporária de entendimento. O contrário também aconteceu, e algumas despesas que habitualmente eram registradas na rubrica “Ensino Médio”, eventualmente, num exercício ou outro, foram inseridas na rubrica “demais subfunções”.

Assim, apresentou-se como melhor forma de considerar a totalidade das despesas a simples aglutinação das rubricas Ensino Médio e Demais Subfunções para que se evite distorções equivocadas na curva de gastos com a educação no Estado. Ao coletar as informações financeiras do Ceará no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, os gastos com o Ensino Médio apresentam o seguinte histórico em valores nominais:

Tabela 4 – Primeira análise das despesas com educação 2004 a 2019

| Ano | Ensino Médio | Demais Subfunções | Valor Pago |
|------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 2004 | R\$254.223.906,00 | R\$1.018.556.965,00 | R\$1.272.780.871,00 |
| 2005 | R\$302.118.570,00 | R\$584.110.855,00 | R\$886.229.425,00 |
| 2006 | R\$459.822.782,00 | R\$1.170.267.029,00 | R\$1.630.089.811,00 |
| 2007 | R\$665.433.541,46 | R\$214.856.754,12 | R\$880.290.295,58 |
| 2008 | R\$524.474.873,47 | R\$843.778.263,52 | R\$1.368.253.136,99 |
| 2009 | R\$1.549.616.058,74 | R\$144.287.443,57 | R\$1.693.903.502,31 |
| 2010 | R\$1.491.880.535,24 | R\$1.136.826.709,90 | R\$2.628.707.245,14 |
| 2011 | R\$1.786.778.429,63 | R\$1.243.163.437,69 | R\$3.029.941.867,32 |
| 2012 | R\$141.326.322,73 | R\$1.463.628.992,66 | R\$1.604.955.315,39 |
| 2013 | R\$105.580.954,00 | R\$202.270.441,00 | R\$307.851.395,00 |
| 2014 | R\$1.460.732.519,00 | R\$217.667.478,00 | R\$1.678.399.997,00 |
| 2015 | R\$1.623.956.595,00 | R\$213.059.090,00 | R\$1.837.015.685,00 |
| 2016 | R\$1.745.869.362,00 | R\$37.803.399,00 | R\$1.783.672.761,00 |
| 2017 | R\$1.830.341.494,00 | R\$37.984.301,00 | R\$1.868.325.795,00 |
| 2018 | R\$2.160.568.375,00 | R\$8.911.707,00 | R\$2.169.480.082,00 |
| 2019 | R\$2.181.855.169,00 | R\$26.362.854,00 | R\$2.208.218.023,00 |
| 2020 | R\$1.919.888.878,00 | R\$17.827.290,00 | R\$1.937.716.168,00 |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Siconfi.

A partir da Tabela acima, já é possível fazer as primeiras observações acerca da evolução dos gastos no período. Percebe-se uma certa regularidade na evolução dos números, ficando as despesas na casa de R\$ 1,5 bilhão/ano. A exceção são os anos de 2005 e 2007, que ficaram com investimento na ordem de R\$ 880 milhões. Em 2010 e 2011, verificou-se um aumento expressivo no volume de gastos, que saltou de R\$ 1,5 bilhão, em média, para R\$ 2.628.707.245,14 (dois

bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões, setecentos e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e catorze centavos), em 2010, e R\$ 3.029.941.867,32 (três bilhões, vinte e nove milhões, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), em 2011. Em seguida, em 2012, o dispêndio voltou para a casa de R\$ 1,6 bilhão.

Chama bastante atenção o fato de que no ano de 2013, o valor registrado foi de apenas R\$ 307.851.395,00 (trezentos e sete milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais), o que representa menos de 20% do gasto realizado no ano anterior. Essa ocorrência chamou atenção para a necessidade de compreender melhor tamanha discrepância. Especialmente, pelo fato de que, no ano de 2014, os valores gastos com o Ensino Médio voltaram aos seus patamares normais, na casa de 1,6 bilhão. A partir daí, os valores investidos mantiveram-se numa evolução considerada normal e constante até o ano de 2019, que fechou com o valor pago de R\$ 1.937.716.167,00 (um bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e sessenta e sete reais).

Ao ampliar a análise, na busca por desvendar as razões para a significativa diferença em 2013, verificou-se que, apenas naquele ano, foi criada uma rubrica específica chamada de “educação básica”, que recebeu a maioria dos registros daquele período. O evento é isolado e deve ser considerado no valor total dispendido pelo Estado, sob pena de causar distorções. Além desse acontecimento, a gestão do Tesouro Estadual incluiu, a partir de 2016, a rubrica “administração geral”, para receber parte dos gastos antes distribuídos nas rubricas “Ensino Médio” e “demais subfunções”. Essa categoria passou a receber os registros dos gastos com as atividades administrativas, que também não podem ser desprezadas nos resultados.

Isto posto, após os devidos tratamentos, os gastos com a educação do Ensino Médio, entre 2004 e 2019, apresentaram a seguinte evolução em valores nominais, a saber:

Tabela 5 – Evolução dos gastos com educação de 2004 a 2019

| Ano | Ensino Médio | Demais Subfunções | Adm. Geral | Educação Básica | Despesa Total |
|------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|----------------------------|
| 2004 | R\$254.223.906,00 | R\$1.018.556.965,00 | | | R\$1.272.780.871,00 |
| 2005 | R\$302.118.570,00 | R\$584.110.855,00 | | | R\$886.229.425,00 |
| 2006 | R\$459.822.782,00 | R\$1.170.267.029,00 | | | R\$1.630.089.811,00 |
| 2007 | R\$665.433.541,46 | R\$214.856.754,12 | | | R\$880.290.295,58 |
| 2008 | R\$524.474.873,47 | R\$843.778.263,52 | | | R\$1.368.253.136,99 |
| 2009 | R\$1.549.616.058,74 | R\$144.287.443,57 | | | R\$1.693.903.502,31 |
| 2010 | R\$1.491.880.535,24 | R\$1.136.826.709,90 | | | R\$2.628.707.245,14 |
| 2011 | R\$1.786.778.429,63 | R\$1.243.163.437,69 | | | R\$3.029.941.867,32 |
| 2012 | R\$141.326.322,73 | R\$1.463.628.992,66 | | | R\$1.604.955.315,39 |
| 2013 | R\$105.580.954,00 | R\$202.270.441,00 | | R\$1.374.454.888,00 | R\$1.682.306.283,00 |
| 2014 | R\$1.460.732.519,00 | R\$217.667.478,00 | | | R\$1.678.399.997,00 |
| 2015 | R\$1.623.956.595,00 | R\$213.059.090,00 | | | R\$1.837.015.685,00 |
| 2016 | R\$1.745.869.362,00 | R\$37.803.399,00 | R\$497.861.535,00 | | R\$2.281.534.296,00 |
| 2017 | R\$1.830.341.494,00 | R\$37.984.301,00 | R\$528.210.504,00 | | R\$2.396.536.299,00 |
| 2018 | R\$2.160.568.375,00 | R\$8.911.707,00 | R\$512.357.855,00 | | R\$2.681.837.937,00 |
| 2019 | R\$2.181.855.169,00 | R\$26.362.854,00 | R\$511.291.546,00 | | R\$2.719.509.569,00 |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Siconfi.

Assim, de forma mais simplificada, ao relacionar o ano com o total gasto, tem-se a seguinte Tabela em valores nominais:

Tabela 6 – Evolução simplificada dos gastos com educação de 2004 a 2019

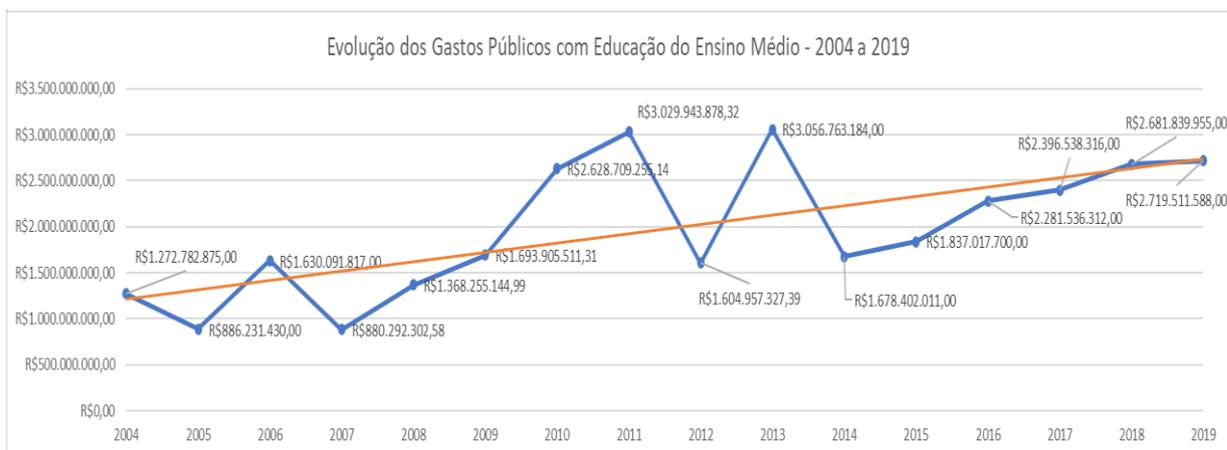
| Ano | Despesa Total |
|------|----------------------------|
| 2004 | R\$1.272.782.875,00 |
| 2005 | R\$886.231.430,00 |
| 2006 | R\$1.630.091.817,00 |
| 2007 | R\$880.292.302,58 |
| 2008 | R\$1.368.255.144,99 |
| 2009 | R\$1.693.905.511,31 |
| 2010 | R\$2.628.709.255,14 |
| 2011 | R\$3.029.943.878,32 |
| 2012 | R\$1.604.957.327,39 |
| 2013 | R\$3.056.763.184,00 |
| 2014 | R\$1.678.402.011,00 |
| 2015 | R\$1.837.017.700,00 |
| 2016 | R\$2.281.536.312,00 |
| 2017 | R\$2.396.538.316,00 |
| 2018 | R\$2.681.839.955,00 |
| 2019 | R\$2.719.511.588,00 |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Siconfi.

Livre de possíveis distorções após o necessário tratamento, é possível passar, então, à análise sobre a evolução dos números constantes da coluna “Despesa Total”, que representa os valores gastos com a educação do Ensino Médio nos respectivos anos. A melhor forma de apresentar evoluções é através de

um gráfico de linha, a fim de que se possa observar o comportamento de forma sequencial. Portanto, a evolução dos gastos públicos com a educação do Ensino Médio, de 2004 a 2019, se apresenta da seguinte forma:

Gráfico 2 – Evolução dos Gastos Públicos com a Educação do Ensino Médio – 2004 a 2019



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Siconfi.

Observa-se, pelo Gráfico 1, que os gastos estaduais com educação para o Ensino Médio expõem uma evolução bastante acentuada no período em análise, tendo apresentado uma curva de crescimento, com reta de tendência em ascensão. É verdade que alguns anos apresentaram queda em relação ao exercício anterior. Foram os casos, por exemplo, dos anos de 2005 em relação à 2004; 2007 em relação à 2006; 2012 em relação à 2011; e 2014 em relação à 2013.

Nesses anos, as quedas foram da ordem de R\$ 386.551.445,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), comparando 2005 a 2004; R\$ 749.799.514,42 (setecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e catorze reais e quarenta e dois centavos), comparando 2007 a 2006; R\$ 1.424.986.550,93 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos, comparando 2012 a 2011, sendo essa a maior redução de investimentos no período estudado; e R\$ 1.378.361.173,00 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e setenta e três reais) comparando 2014 a 2013, período com a segunda maior queda em números absolutos.

Destaca-se, da mesma forma, dois picos, em que os aportes ultrapassaram o patamar dos R\$ 3 bilhões. Foi o caso dos anos de 2011 e 2013, que apresentaram valores de R\$ 3.029.943.878,32 (três bilhões, vinte e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais, e trinta de dois centavos) e R\$ 3.056.763.184,00 (três bilhões, cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e oitenta e quatro reais), respectivamente.

Apesar das variações, ao se observar todo o período do recorte proposto, verifica-se um aumento significativo nos gastos desse segmento de despesa, já que, em 2004, primeiro ano do período de análise, o aporte foi de R\$ 1.272.782.875,00 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), tendo passado para R\$ 2.719.511.588,00 (dois bilhões, setecentos e dezenove milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e oitenta e oito reais), em 2019, último ano do período estudado, o que representa uma evolução percentual nominal (em que não se considera a inflação) de mais de **113%**.

4.2 O comportamento do indicador educacional no Ceará entre 2005 e 2019

Entre os anos de 2004 e 2019, o Inep realizou 08 (oito) avaliações, tendo o Ensino Médio da rede pública estadual do Estado do Ceará obtido os seguintes índices:

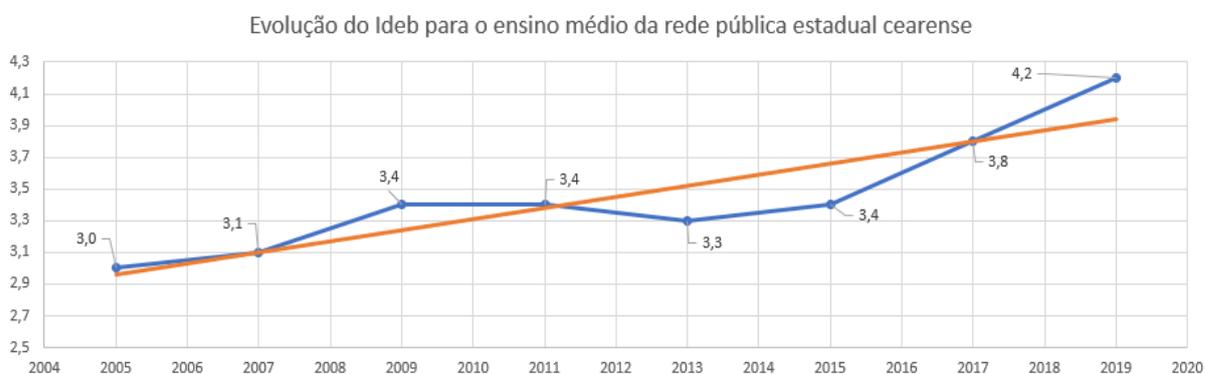
Tabela 7 – Evolução do Ideb para o Ensino Médio

| Ano | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Nota | 3,0 | 3,1 | 3,4 | 3,4 | 3,3 | 3,4 | 3,8 | 4,2 |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Inep.

Da mesma forma que foi feito na análise da evolução dos gastos com educação, faz-se importante traçar o gráfico de evolução do indicador a partir da tabela acima.

Gráfico 3 – Evolução do Ideb para os estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual cearense



Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Inep.

Observa-se, pelo Gráfico 2, que, assim como acontece com o gasto, o indicador de qualidade da educação referente ao Ensino Médio da rede pública estadual expõe uma evolução bastante acentuada no período em análise, tendo apresentado uma curva de crescimento, com reta de tendência em subida. Verifica-se que em apenas um dos anos de medição o índice alcançado foi inferior ao do período anterior. Foi o caso do ano de 2013, cuja média atingida foi 3,3 pontos, enquanto, em 2011, o indicador realizado foi de 3,4 pontos. Apesar dessa pequena variação negativa, observa-se um aumento significativo no Ideb para o período estudado, já que no primeiro ano de aferição (2005), o índice obtido foi de 3,0 pontos, enquanto no último ano (2019), a média alcançada chegou a 4,2 pontos, o que representa uma evolução percentual de **40%**.

Conforme já debatido na seção dedicada ao marco teórico, em que foram apresentadas as discussões acerca da qualidade da educação e as diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE, o Ministério da Educação estabeleceu metas a serem alcançadas pelos Estados. Dessa forma, reputa-se inexoravelmente importante apresentar a relação entre meta e indicador alcançado, a fim de que se possa ampliar a análise sobre a evolução na qualidade educacional do segmento em estudo.

Tabela 8 – Relação Meta vs. Ideb para o Ensino Médio da rede pública estadual entre 2005 e 2019

| Ano | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Meta | - | 3,0 | 3,1 | 3,2 | 3,5 | 3,9 | 4,3 | 4,5 |
| Nota | 3,0 | 3,1 | 3,4 | 3,4 | 3,3 | 3,4 | 3,8 | 4,2 |

| | |
|---------|---------------------|
| verde | Alcançou a meta |
| laranja | Não alcançou a meta |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Inep.

Ao analisar a Tabela acima, verifica-se que a rede de educação cearense superou o índice mínimo estabelecido nos anos de 2007, 2009 e 2011. Já nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019 não houve o mesmo sucesso. Em 2007, a meta era de 3,0 pontos, tendo sido alcançado 3,1 pts. (0,1 ponto acima da meta); em 2009, a meta era alcançar a pontuação de 3,1 e os estudantes conseguiram realizar 3,4 pontos (0,3 ponto acima da meta); já em 2011 foram obtidos 3,4 pontos, contra uma meta de 3,2 pontos (0,2 ponto acima do estabelecido).

Em 2013, o Ensino Médio cearense ficou 0,2 ponto abaixo da meta (3,5 de meta, contra 3,3 de média alcançada); já em 2015, a lacuna foi ainda maior e o indicador obtido foi 0,5 ponto inferior à meta (3,9 de meta, contra 3,4 de índice alcançado). Já no ano de 2017, a diferença permaneceu na casa de 0,5 ponto (3,8 pontos alcançados, enquanto a meta era 4,3); e, finalmente, no ano de 2019 a distância entre performance e objetivo diminuiu, e foi da ordem de 0,3 ponto (o índice obtido foi 4,2, enquanto a meta era 4,5). Assim, mesmo com o crescimento de 40% entre a primeira medição (2015) e a última (2019), percebe-se que havia uma expectativa de evolução ainda maior, já que as metas não foram alcançadas nas últimas 04 (quatro) medições.

Outro fato chama atenção em relação à curva de crescimento desse indicador. Verifica-se, pela Tabela 9, que, entre os anos de 2009 e 2015, ou seja, por sete anos, o indicador, praticamente estagnou, apresentando uma sequência, respectivamente de: 3,4 pontos, 3,4 pontos, 3,3 pontos e 3,4 pontos. É importante, ainda, como forma de estruturar a análise, comparar a situação do Ceará em relação aos demais Estados da Federação, bem como em relação à média nacional.

Tabela 9 – Ranking dos Estados no Ideb para o Ensino Médio para a rede pública estadual

| Posição | Estado | Região | Ideb 2005 | Ideb 2007 | Ideb 2009 | Ideb 2011 | Ideb 2013 | Ideb 2015 | Ideb 2017 | Ideb 2019 |
|---------|---------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1 | GOIÁS | Centro-Oeste | 2.9 | 2.8 | 3.1 | 3.6 | 3.8 | 3.8 | 4.3 | 4.7 |
| 2 | ESPIRITO SANTO | Sudeste | 3.1 | 3.2 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.7 | 4.1 | 4.6 |
| 3 | PERNAMBUCO | Nordeste | 2.7 | 2.7 | 3.0 | 3.1 | 3.6 | 3.9 | 4.0 | 4.4 |
| | PARANÁ | Sul | 3.3 | 3.7 | 3.9 | 3.7 | 3.4 | 3.6 | 3.7 | 4.4 |
| 5 | SÃO PAULO | Sudeste | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.9 | 3.7 | 3.9 | 3.8 | 4.3 |
| 6 | CEARÁ | Nordeste | 3.0 | 3.1 | 3.4 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.8 | 4.2 |
| 7 | MATO GROSSO DO SUL | Centro-Oeste | 2.8 | 3.4 | 3.5 | 3.5 | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 4.1 |
| 8 | RONDÔNIA | Norte | 3.0 | 3.1 | 3.7 | 3.3 | 3.4 | 3.3 | 3.8 | 4.0 |
| | MINAS GERAIS | Sudeste | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.6 | 3.5 | 3.6 | 4.0 |
| | DISTRITO FEDERAL | Centro-Oeste | 3.0 | 3.2 | 3.2 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.4 | 4.0 |
| | RIO GRANDE DO SUL | Sul | 3.4 | 3.4 | 3.6 | 3.4 | 3.7 | 3.3 | 3.4 | 4.0 |
| 12 | TOCANTINS | Centro-Oeste | 2.9 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.2 | 3.3 | 3.7 | 3.9 |
| 13 | SANTA CATARINA | Sul | 3.5 | 3.8 | 3.7 | 4.0 | 3.6 | 3.4 | 3.6 | 3.8 |
| 14 | ACRE | Norte | 3.0 | 3.3 | 3.5 | 3.3 | 3.3 | 3.5 | 3.6 | 3.7 |
| | MARANHÃO | Nordeste | 2.4 | 2.8 | 3.0 | 3.0 | 2.8 | 3.1 | 3.4 | 3.7 |
| | PIAUI | Nordeste | 2.3 | 2.5 | 2.7 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.3 | 3.7 |
| 17 | ALAGOAS | Nordeste | 2.8 | 2.6 | 2.8 | 2.6 | 2.6 | 2.8 | 3.3 | 3.6 |
| | PARAIBA | Nordeste | 2.6 | 2.9 | 3.0 | 2.9 | 3.0 | 3.1 | 3.1 | 3.6 |
| 19 | RIO DE JANEIRO | Sudeste | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 3.2 | 3.6 | 3.6 | 3.3 | 3.5 |
| | AMAZONAS | Norte | 2.3 | 2.8 | 3.2 | 3.4 | 3.0 | 3.5 | 3.3 | 3.5 |
| | RORAIMA | Norte | 3.2 | 3.1 | 3.5 | 3.5 | 3.2 | 3.4 | 3.3 | 3.5 |
| 22 | MATO GROSSO | Centro-Oeste | 2.6 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 2.7 | 3.0 | 3.2 | 3.4 |
| 23 | SERGIPE | Nordeste | 2.8 | 2.6 | 2.9 | 2.9 | 2.8 | 2.6 | 3.1 | 3.3 |
| 24 | AMAPÁ | Norte | 2.7 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 3.0 | 3.2 |
| | RIO GRANDE DO NORTE | Nordeste | 2.6 | 2.6 | 2.8 | 2.8 | 2.7 | 2.8 | 2.9 | 3.2 |
| | PARÁ | Norte | 2.6 | 2.3 | 3.0 | 2.8 | 2.7 | 3.0 | 2.8 | 3.2 |
| | BAHIA | Nordeste | 2.7 | 2.8 | 3.1 | 3.0 | 2.8 | 2.9 | 2.7 | 3.2 |

verde Alcançou a meta

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Inep.

O ranking construído por este autor classifica os Estados em função do índice obtido no Ideb, sendo que o resultado de 2019 é o primeiro critério de classificação e, caso haja igualdade, o desempate se dá pelo indicador de 2017 e, caso haja nova igualdade, o critério passa a ser a média alcançada em 2015, e, assim, sucessivamente.

Verifica-se, pela Tabela 10, portanto, que o Estado do Ceará ocupa o 6º lugar no ranking, ficando atrás de Goiás (com 4,7 pontos), Espírito Santo (com 4,6 pontos), Pernambuco (com 4,4 pontos, em 2019, e 4,0 pontos, em 2017) e Paraná (com 4,4 pontos, em 2019 e 3,7 pontos em 2017). Na quinta posição vem o Estado que possui a maior economia do Brasil, São Paulo (com 4,3 pontos) e, logo em seguida, com 4,2 pontos, o Estado do Ceará, ocupando a sexta posição na classificação.

É preciso destacar a colocação de dois Estados: Goiás e Pernambuco. O Estado do Centro-Oeste ocupa o primeiro lugar do ranking, com a maior média obtida na história do Ideb até aqui, tendo alcançado sucesso na consecução das metas desde o ano de 2009. Já Pernambuco ocupa o terceiro lugar e está entre os três melhores colocados (top 3) desde o ano de 2015, além de ser o único do país a ter atingido a meta nas últimas 7 (sete) edições do Ideb.

O Estado do Ceará ocupa destacada colocação com a sua sexta posição em 2019, tendo apresentado uma das melhores evoluções nos últimos anos, já que em 2015 não estava nem entre os dez melhores do Brasil (era o 12º). Outro sucesso obtido pelo Estado Alencarino diz respeito à sua condição em relação à média nacional, que, para a rede pública do Ensino Médio, é 3,9 pontos. O Ceará encontra-se 0,3 ponto acima desse parâmetro, com os seus 4,2 pontos. Apesar disso, o Ideb cearense não alcança as metas estabelecidas desde o ano de 2013, o que desperta para a necessidade de se encontrar meios para melhorar ainda mais a qualidade da sua educação, podendo ser a gestão dos recursos uma grande aliada nesse objetivo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Primeiras análises combinadas sobre as evoluções observadas

Por tudo visto, pode-se depreender que os gastos públicos têm o condão de reduzir desigualdades e pobreza. A educação, da mesma forma, é uma das políticas públicas com grande poder de desenvolvimento social. Ambas as políticas públicas – a de gestão de recursos e a da educação – se relacionam e se influenciam mutuamente, em uma relação de mão dupla. De um lado, ao elevar o nível de educação da população, ocorre, normalmente, uma melhora na gestão dos recursos públicos – pelo aumento do conhecimento geral sobre prioridades, conscientização acerca do bom uso da coisa pública, cuidados com a qualidade do gasto etc.

Mas é justamente a relação oposta que esta pesquisa pretende analisar: aquela que evidencia o esforço estatal, por meio do gasto público, e os seus efeitos na educação do Estado, mais especificamente por meio da avaliação do Ideb. Para tanto, faz-se necessário realizar uma análise combinada entre os valores aplicados e os resultados obtidos na educação do Estado. Tal estudo pode ser facilitado pela comparação entre as curvas de tendência dos gráficos de evolução do gasto público em educação e do desempenho no Ideb. Assim, dando destaque apenas às retas de tendências das evoluções, tem-se as seguintes imagens dos mesmos gráficos já apresentados anteriormente:

Gráfico 4 – Retas de tendência da evolução dos gastos com educação e dos resultados do Ideb - lado a lado



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Siconfi e do Inep.

Percebe-se, ao observar as retas de tendência, que a evolução dos números das duas políticas públicas é bastante similar no mesmo período, obedecendo a ângulos de progressão quase idênticos. Apesar disso, já foi constatado que ao final dos 16 anos de análise, os crescimentos percentuais totais foram distintos, já que, no período, os gastos com a educação do Ensino Médio apresentaram percentual de evolução nominal da ordem de 113%. Já a evolução no Ideb teve uma progressão que ficou em torno dos 40%.

Outra incongruência constatada é que há uma variação maior no Gráfico 1, que apresenta o avanço dos gastos – ele é menos linear e mais acidentado; enquanto o diagrama que mostra a ascensão do Ideb, Gráfico 2, é mais uniforme, com poucas variações. Esse descolamento é compreensível por inúmeras razões, sendo que as mais importantes dizem respeito à velocidade de resultado das duas políticas públicas, bem como aos seus limites e às suas proporções mútuas. No que tange à velocidade, tem-se, de um lado, os valores aplicados, cujos números obedecem à disponibilidade de caixa e à vontade política em exercício. Assim, as evidências dos gastos (dinheiro investido) estão muito mais sujeitas a variações rápidas, podendo dar saltos no ritmo das decisões do gestor público.

Na outra ponta, a educação apresenta-se bem mais lenta em sua evolução, já que depende do acúmulo de conhecimento adquirido ao longo do tempo, bem como de outros fatores influenciadores. Apesar disso, ela é menos volátil e mais duradoura, o que faz com que seus efeitos sejam sentidos por mais tempo. Outro fator que leva ao eventual desencontro entre as políticas são os seus limites. No campo dos gastos, em tese, não há limites, bastando que haja, como já foi dito, disponibilidade de recursos e apetite político. É por isso que se observa, na evolução do gasto, um crescimento nominal de 113%, ou seja, o valor investido no período mais que dobrou. Com o Ideb, isso não pode acontecer, já que a média não pode dobrar, ou seja, o Ceará não pode passar dos atuais 4,2 pts. para 8,4 pts. (o que seria o dobro), pois a pontuação máxima admitida é 6 (seis) pontos.

Por último, tem-se que a questão da proporção mútua. Acontece que a política pública dos gastos com educação não influencia de forma perfeitamente proporcional os resultados alcançados no Ideb, ou seja, a relação não é de um para um, restando, agora, passar à análise estatística da correlação entre os gastos públicos e os resultados educacionais, baseada na regressão linear de dados em

série, com o fito de identificar, inclusive, em que medida o gasto influencia o indicador do Ideb e qual a proporção dessa relação.

5.2 A análise da correlação entre gastos públicos e resultados educacionais no Ceará baseada na regressão linear de dados em série

Primeiramente, o cálculo da regressão de dados em série demanda que as informações estejam na mesma base temporal, ou seja, variem no mesmo padrão de série. Assim, já que o Ideb é medido a cada dois anos, é preciso fazer um último tratamento na base de dados referente ao gasto, que é anual, para que esse se apresente na mesma razão. Dessa forma, faz-se necessário apresentar os valores investidos em séries bianuais, bastando, para tanto, aglutinar os valores gastos a cada dois anos, de forma que o Ideb de um exercício representará o esforço financeiro resultante de dois períodos. Com efeito, o tratamento proposto apresenta o seguinte resultado:

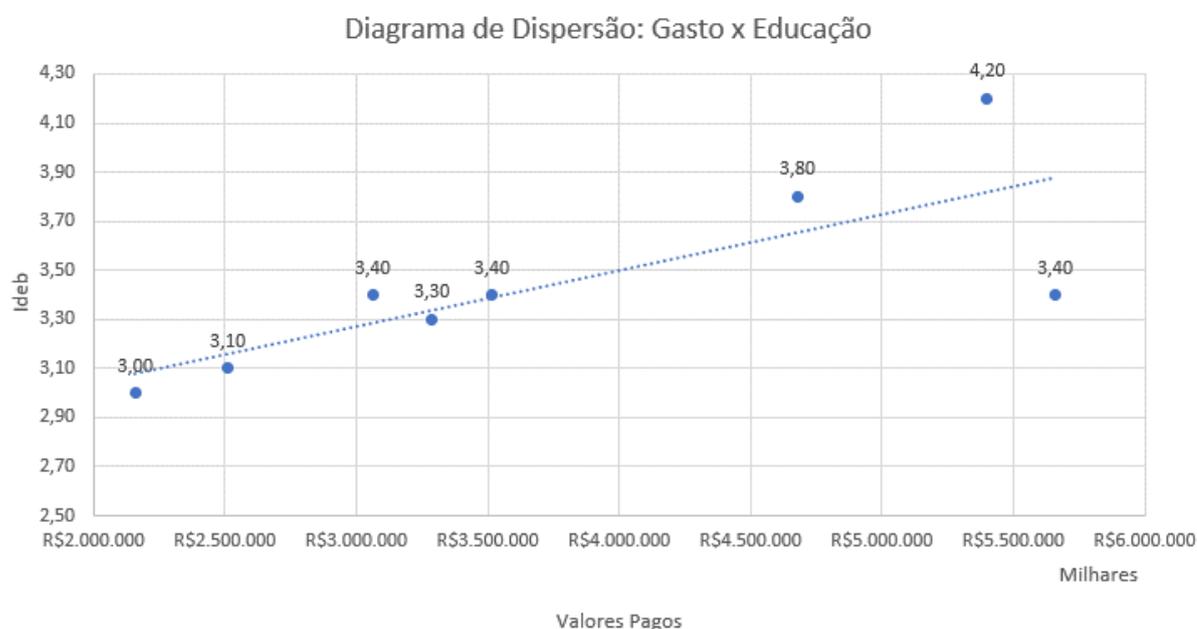
Tabela 10 – Conversão dos gastos para períodos bianuais

| Ano | Valor pago | Anos | Valor Pago | Ideb |
|------|---------------------|-------------|---------------------|------|
| 2004 | R\$1.272.780.871,00 | 2004 e 2005 | R\$2.159.010.296,00 | 3,00 |
| 2005 | R\$886.229.425,00 | 2006 e 2007 | R\$2.510.380.106,58 | 3,10 |
| 2006 | R\$1.630.089.811,00 | 2008 e 2009 | R\$3.062.156.639,30 | 3,40 |
| 2007 | R\$880.290.295,58 | 2010 e 2011 | R\$5.658.649.112,46 | 3,40 |
| 2008 | R\$1.368.253.136,99 | 2012 e 2013 | R\$3.287.261.598,39 | 3,30 |
| 2009 | R\$1.693.903.502,31 | 2014 e 2015 | R\$3.515.415.682,00 | 3,40 |
| 2010 | R\$2.628.707.245,14 | 2016 e 2017 | R\$4.678.070.595,00 | 3,80 |
| 2011 | R\$3.029.941.867,32 | 2018 e 2019 | R\$5.401.347.506,00 | 4,20 |
| 2012 | R\$1.604.955.315,39 | | | |
| 2013 | R\$1.682.306.283,00 | | | |
| 2014 | R\$1.678.399.997,00 | | | |
| 2015 | R\$1.837.015.685,00 | | | |
| 2016 | R\$2.281.534.296,00 | | | |
| 2017 | R\$2.396.536.299,00 | | | |
| 2018 | R\$2.681.837.937,00 | | | |
| 2019 | R\$2.719.509.569,00 | | | |

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Siconfi e do Inep.

Agora que, tanto os gastos, quanto os resultados do Ideb encontram-se na mesma razão temporal, é possível realizar a regressão com o objetivo de identificar a sua correlação. Como visto anteriormente, a regressão linear baseia seus resultados no gráfico conhecido como diagrama de dispersão, que nada mais é do que a localização dos resultados de Y (Ideb) em função de X (valor gasto), para cada período medido.

Gráfico 5 – Diagrama de dispersão da relação gasto público com educação e resultados do Ideb de 2004 a 2019



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Sconfi e do Inep.

Percebe-se que o diagrama produz uma reta de tendência que passa entre os pontos do gráfico, em que já é possível identificar os primeiros sinais da correlação, a partir da proximidade dos pontos em relação à reta. Quanto mais próximos à reta, mais forte é a correlação e, quanto mais distantes, mais fraca. Assim, a partir do diagrama de dispersão da relação gasto público com educação e resultados do Ideb entre 2004 e 2019, é possível identificar a correlação entre as duas políticas públicas ao longo de todo o período, pois a maioria dos pontos encontra-se bastante próximos à reta de tendência.

A exceção são os resultados de 2011, cujo investimento total, somado a 2010, chegou a R\$ 5.658.649.112,46 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, cento e doze reais e quarenta e seis centavos) e o índice obtido foi 3,4 pontos; e o ano de 2019, cujo aporte, somado ao de 2018, foi de R\$ 5.401.347.506,00 (cinco bilhões, quatrocentos e um milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e seis reais) e a média alcançada foi 4,2 pontos. Além disso, segundo a metodologia estatística adotada, a correlação entre gastos com educação e resultado do Ideb é positiva, pois a reta de tendência apresenta-se em crescimento, ou seja, quando os gastos aumentam, o índice de qualidade da educação melhora.

O diagrama de dispersão permite, também, identificar a fórmula da reta de tendência, que nada mais é do que a representação da reta no formato de uma função. No caso da correlação entre gastos com educação em estudo, a função da reta é:

$$Y = 0,0000000002272 X + 2,5904$$

A equação ajuda a estimar valores do Ideb a partir do volume investido. Trata-se de uma mera substituição da variável X por um valor projetado para se chegar a um resultado de Y. Assim, de forma resumida, verifica-se que a regressão linear analisa as duas variáveis e todos os seus números. Em seguida, calcula a reta de tendência e a fórmula que explica a correlação. A partir dessa fórmula, é possível estimar os resultados do Ideb em função de um valor qualquer de gasto público.

Tendo sido identificada a provável correlação, a partir da visualização do diagrama de dispersão, faz-se necessário promover o cálculo das estatísticas da regressão, a fim de se identificar o coeficiente de correlação, ou “R” de Pearson. A estatística da regressão apresenta ainda o coeficiente de explicação, ou de determinação R-Quadrado (R^2), que apresenta o quanto o gasto público determina os resultados do Ideb.

Vale destacar que todos os cálculos da regressão foram realizados na ferramenta de análise de dados do *software* Microsoft Excel, e que os valores foram arredondados para duas casas decimais. A estatística sintética da regressão se materializa na seguinte Tabela:

Tabela 11 – Estatística da regressão de dados em série relativa à correlação entre gasto público com educação e os resultados do Ideb para o Ensino Médio

| Estatística de Regressão | |
|--------------------------|------|
| R de Pearson | 0,77 |
| R-Quadrado (R^2) | 0,60 |

Fonte: elaborada pelo autor.

A Tabela demonstra que o coeficiente de correlação, ou coeficiente de Pearson (ou R de Pearson) apresentou o valor de 0,77. Como já mencionado, o coeficiente de Pearson identifica o sentido e a força da correlação. Assim, de pronto, pode-se afirmar que a correlação é positiva (já que o número é positivo), ou seja, quando uma variável aumenta, a outra aumenta. Dessa forma, verifica-se que a correlação entre os gastos públicos com educação e o resultado apresentado no Ideb pelo Estado do Ceará, para o Ensino Médio, é **positiva e forte**, uma vez que se aproxima de 1 (SAMPAIO, 2015).

O cálculo demonstra também o R-Quadrado (R^2), que, como visto, indica o quanto a variável independente explica, ou determina, a variável dependente. Assim, pelo resultado da estatística da correlação, resumido na Tabela 12, pode-se afirmar que as mudanças nos gastos públicos com educação determinam alterações no Ideb em 60%. Quanto ao índice de verossimilhança de Fisher, ou valor-P de Fisher (MORETTIN; BUSSAB, 2010), a correlação objeto deste trabalho apresentou valor-P de 0,00014, para o valor de interseção entre as variáveis, e 0,0245 para a variável relativa aos gastos públicos, conforme Tabela abaixo.

Tabela 12 – Índice de verossimilhança da correlação entre gasto público com educação e resultados do Ideb para o Ensino Médio

| <i>valor-P de Fisher</i> | |
|--------------------------|----------|
| Interseção | 0,000141 |
| Valor Pago | 0,024592 |

Fonte: elaborada pelo autor.

Fisher definiu que o índice de verossimilhança é considerado substancial, quando menor que 0,025 (ver Tabela 4), e em demasia forte quando menor que 0,001. Dessa forma, considerando os valores apresentados na Tabela acima, observa-se que está descartada a hipótese nula da correlação.

Sendo assim, de forma resumida, é possível constatar que a correlação **existe**, sendo essa **positiva e forte**. Além disso, viu-se que a variável gasto público determina a variável indicador do Ideb no percentual de **60%**. Verificou-se, ainda, que está descartada a hipótese de nulidade da correlação.

Retomando a análise que cerca a possibilidade de projeção de resultados, tem-se que, no caso deste estudo, a função permitirá que, a partir de um

valor projetado de gasto com educação, chegue-se a uma estimativa de resultado do Ideb para o Ensino Médio da rede pública. Por exemplo:

Exemplo 1 – Projeção de resultado do Ideb a partir de valor gasto em educação

Segundo a fórmula obtida por meio da regressão linear, um gasto da ordem de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), na educação pública do Ensino Médio, deverá obter como resultado um Ideb de 3,9536 (4 pontos, pelo critério de arredondamento do Inep).

Dado que:

Y = índice esperado para o Ideb;

X = valor projetado de gasto (R\$ 6.000.000.000,00); e sabendo que

$Y = 0,0000000002272 X + 2,5904$, tem-se que

$Y = 0,0000000002272 (6.000.000.000,00) + 2,5904$

$Y = 3,9536$ (4 pontos)

Vale enfatizar que o valor projetado no Exemplo 1 acima é para o lapso de dois anos de execução, podendo ser R\$ 3 bilhões num ano, e mais R\$ 3 bilhões no outro (ou R\$ 2,5 bilhões num ano, e mais R\$ 3,5 bilhões no outro etc.). Outro elemento preditivo relevante, fornecido pela metodologia utilizada, é o cálculo da proporção entre os valores da variável independente (gastos públicos) e da variável dependente (resultados do Ideb). De acordo com os resultados obtidos na regressão linear de dados aplicada ao caso em estudo, tem-se a seguinte Tabela:

Tabela 13 – Proporção da relação entre valores pagos e resultados do Ideb

| Variação no valor pago | Variação no Ideb |
|-------------------------------|-------------------------|
| R\$1,00 | 0,0000000002272 |
| R\$ 1 milhão | 0,000227162 |
| R\$ 1 bilhão | 0,227162422 |

Fonte: elaborada pelo autor.

A Tabela 14, portanto, demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) pago, o indicador varia positivamente em 0,0000000002272 ponto. Nessa mesma razão, portanto, para cada R\$ 1 bilhão pago, o índice aumenta em cerca de 0,23 ponto. Tudo isso calculado com uma segurança de 90% de acerto.

Percebe-se que as vantagens trazidas pela regressão de dados em série para o planejamento de políticas públicas são relevantes. Tal metodologia estatística permite que gestores públicos possam basear, em projeções seguras, os critérios para a alocação dos recursos disponíveis. E os ganhos vão para além da fase de planejamento, pois no momento de avaliação das ações, possibilita a comparação entre o objetivo projetado e o resultado alcançado, aprimorando, assim, o ciclo PDCA²¹ do processo. Portanto, o modelo de regressão linear, pode (e deve) ser aplicado a qualquer política pública, desde que haja uma avaliação regular de seus resultados, os quais possam ser analisados em função de outra variável correlacionada.

21 A sigla PDCA vem do inglês (Plan – Do – Check – Act), que significa planejar, realizar, verificar e atuar. É um método utilizado para a melhoria de processos e produtos. É possível saber mais sobre a metodologia no endereço <http://www.qualypro.com.br/artigos/pdca-origem-conceitos-e-variantes-dessa-ideia-de-70-anos>.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa surgiu do desejo de avaliar a possível correlação entre a política pública de gestão de recursos e a performance de outras políticas de Estado. A incerteza inicial era genérica e pairava sobre a possibilidade de correlação entre a gestão de recursos e qualquer outra função pública, como segurança ou saúde, por exemplo. Dada a reconhecida importância da educação para o desenvolvimento social da população, em especial no Estado do Ceará, e a fim de viabilizar o estudo, optou-se por delinear um recorte que pudesse esclarecer a dúvida sobre se há, ou não, correlação entre gastos públicos e os resultados obtidos na educação.

Após a definição dos limites da pesquisa, materializou-se o tema como sendo “a correlação entre os gastos públicos em educação e os indicadores educacionais no Ceará: uma análise entre 2004 e 2019”. Sendo que a pesquisa se dedicou a estudar, especificamente, os resultados do Ideb para o Ensino Médio da rede pública estadual. Considerando o escopo estabelecido, verificou-se que a análise quantitativa baseada no método da regressão linear de dados em série funcionou de forma muito ajustada ao tema, aos dados disponíveis e aos objetivos propostos, sendo capaz de responder a todos os problemas da pesquisa.

É importante pontuar que este trabalho trouxe dois tópicos a serem observados nas próximas pesquisas sobre o tema: o item 6.5, que descreve as limitações da investigação; e o item 6.6, onde foram apresentadas sugestões para futuras pesquisas. Ambas as seções destacam questões que poderão contribuir nos estudos sobre as relações entre políticas.

6.1 Conclusões quanto aos objetivos geral e específicos e hipótese

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar se existe correlação entre gastos públicos em educação e os resultados obtidos no Ideb para o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará. Constatou-se, por meio da análise dos resultados, que o objetivo geral foi atendido, pois conseguiu-se demonstrar que existe sim tal correlação. Além do objetivo geral, foram estabelecidos dois objetivos específicos: identificar o quanto (em percentual) os gastos determinam o indicador de qualidade educacional e a possibilidade de estimar o esforço financeiro necessário para a melhoria do indicador de qualidade da educação.

Mais uma vez, verificou-se que ambos os objetivos foram alcançados com sucesso, pois foi evidenciado o percentual de explicação (determinação) da variável gastos públicos em educação sobre a variável resultados obtidos na educação (Ideb); assim como foi apresentado a equação que possibilita estimar o esforço financeiro necessário para a melhoria do indicador de qualidade da educação. É importante lembrar que a pesquisa partiu da hipótese de que existe correlação entre as duas políticas públicas de forma que os gastos públicos em educação influenciam os resultados obtidos em indicadores de qualidade educacionais, como o Ideb. Assim, após aplicação da metodologia sobre os dados oficiais disponíveis, constatou-se que a hipótese é verdadeira, tendo sido confirmada a correlação entre as duas variáveis – gastos em educação e o indicador educacional do Ideb.

6.2 Respostas aos problemas propostos

Os problemas apresentam as questões motivadoras da pesquisa e são formulados com o condão de delimitar o tema. Além disso, contribuem para a ampliação do conhecimento e na obtenção de respostas a dilemas científicos ou práticos que podem favorecer o desenvolvimento da sociedade. Diante disso, faz-se essencial para a conclusão de um trabalho acadêmico que se responda aos problemas propostos, a fim de que a pesquisa chegue ao seu desfecho e possa trazer suas verdadeiras contribuições. Quanto aos problemas propostos nesta obra, tem-se:

6.2.1 Existe correlação entre os gastos públicos com educação e o resultado obtido no Ideb para o Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará?

Constatou-se, por meio da pesquisa, que existe sim correlação, sendo essa positiva e forte. É importante frisar, no entanto, que o estudo foi realizado sobre um recorte específico, qual seja: os gastos públicos com educação e os indicadores de desempenho do Ideb, para o segmento do Ensino Médio, no Estado do Ceará, entre os anos de 2004 e 2019. Dessa forma, destaca-se que qualquer alteração em uma dessas condições poderia levar a resultados diferentes. Além disso, ficou claro que os contextos são únicos. Realidades diferentes, especialmente nos segmentos político, econômico e culturais, exercem grande influência nos resultados da

correlação entre essas e todas as outras políticas públicas. Assim, o estudo concluiu pela existência da correlação para o recorte geográfico e de tempo analisados.

6.2.2 Em que medida (em percentual) os gastos públicos explicam o desempenho do Ceará no Ideb?

Os dados demonstraram que os gastos públicos determinam o desempenho educacional para o segmento do Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará na ordem de 60%, ou seja, alterações no volume de gastos públicos educacionais explicam 60% das alterações no índice de aproveitamento do Ideb.

6.2.3 É possível estimar o esforço financeiro necessário para melhorar o indicador de qualidade da educação?

Constatou-se que é possível estimar um resultado de Ideb a partir de um valor projetado de gastos públicos, por meio da equação da reta de correlação. Verificou-se, no Exemplo 1, que, para o valor projetado de R\$ 6 bilhões em um biênio, a média estimada no Ideb seria de 4 pontos. Além da possibilidade de estimar o índice, a regressão linear entrega a proporção unitária da razão entre as duas variáveis. No caso da correlação em estudo, verificou-se, por meio da Tabela 14, que para cada R\$ 1 bilhão desembolsado em gastos públicos na educação, o resultado do Ideb varia positivamente em 0,227162422 ponto. Então, constatou-se ser possível estimar o esforço financeiro necessário para melhorar o indicador de qualidade educacional.

6.3 Contribuições científicas e práticas do estudo

Este estudo baseia-se em duas importantes políticas de Estado: a de gestão de recursos e a da educação. Ao longo desta pesquisa, foram debatidas questões relativas ao conceito de educação, educação de qualidade e seus benefícios, assim como as definições sobre gastos públicos e os gastos em educação. As abordagens conceituais apresentadas nas discussões teóricas e metodológicas, trataram de melhor elucidar as relações entre essas duas políticas, com o objetivo de contribuir para a construção de novos conhecimentos sobre a temática analisada.

Considerando a importância do tema estudado para a melhoria da educação, espera-se, com esta pesquisa, contribuir para uma melhor gestão dos recursos aplicados à educação no Estado do Ceará. Destaca-se a importância das ações governamentais para a integração entre políticas públicas. Estudos elaborados por Lotta e Favareto²² dão conta de que programas isolados tendem a ser muito menos efetivos e duradouros nos seus resultados.

Então, ao tratar da correlação entre os gastos públicos e um indicador de qualidade da educação, o Ideb, esta pesquisa procura contribuir para uma maior integração entre políticas públicas, com possibilidades de ganhos práticos. Assim, ao apresentar a existência de correlação entre gastos e resultados da educação, o trabalho pretende fortalecer o conceito de que é preciso investir no ensino e valorizar o sistema educacional se o desejo for avançar em sua qualidade.

Espera-se que este estudo possa, ainda, contribuir para avanços nas ações de gestão do Estado, já que o chamado “esforço financeiro” para a melhoria da educação encontra-se quantificado. Além disso, esta análise poderá ser replicada em muitas outras políticas públicas, estimulando o modelo da integração entre elas, como se constata no item 6.6, dedicado às sugestões de pesquisas futuras. Pretende-se, ainda, com esta pesquisa contribuir para o crescimento da qualidade dos serviços públicos de educação oferecidos à população, e, assim, para o desenvolvimento social do Ceará.

6.4 Propostas para melhorar a relação entre gastos públicos e resultados da educação

O vínculo entre gastos e resultados da educação é complexo e influenciado por uma série de fatores, alguns de difícil identificação. No entanto, esta pesquisa mostrou que é possível melhorar tal relação, sendo que um dos pontos de evolução diz respeito à divulgação das informações em dois aspectos: o primeiro diz respeito à oferta da informação e o segundo está relacionado à como essa informação é apresentada. No primeiro caso, constatou-se, durante o período de buscas, que poderia haver mais canais de comunicação acerca dos gastos públicos,

22 Os autores citados publicaram artigo intitulado “Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil”, na Revista de Sociologia e Política, da edição de 1º de março de 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6PNRfxr9CBqBMBHK58b6Hx/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

em especial, dos gastos com educação. Normalmente, esses números estão inseridos em relatórios de difícil acesso, o que dificulta o uso das informações.

Por outro lado, alguns institutos não governamentais já se dedicam a tentar facilitar a consulta, por meio da disponibilização de links de acesso rápido. Apesar disso, os governos devem melhorar as ações de divulgação, por se tratar de algo de interesse da coletividade. Ademais, muitas pessoas buscam explorar as informações direto das fontes oficiais, como forma de dar mais credibilidade aos questionamentos, e precisam, portanto, de uma maior acessibilidade às informações.

O outro ponto está relacionado com a forma como a informação dos gastos é apresentada. Usualmente, o detalhamento dos gastos se apresenta de forma pouco estruturada. O nível de detalhamento desses dados pode melhorar em duas frentes, quais sejam: na individualização dos gastos por centro de custo e na pormenorização da despesa. No primeiro caso, a ideia é detalhar as informações até o nível mais individualizado possível, indo até os gastos por escola ou, até mesmo, por sala de aula. Certamente, essa não é uma mudança trivial e exigiria uma adequação dos sistemas de informação em todas as esferas, mas tal compartimentalização levaria à possibilidade de o serviço educacional promover melhorias mais customizadas e pontuais, no lugar de propor ações massificadas de pouco efeito.

Já a questão em torno da pormenorização da despesa diz respeito à especificação do lançamento realizado em cada rubrica. As pessoas precisam ter acesso ao que está sendo pago em cada um dos itens de despesa utilizados, com o fito de questionar, se for o caso, alocações inadequadas.

A efetivação de tais mudanças levaria a uma ampliação e, conseqüentemente, ao aprimoramento da publicização sobre os gastos, fazendo com que haja uma maior cobrança social em torno de resultados, pois, de posse das informações, a população poderá se apropriar, de forma adequada, de maiores conhecimentos sobre os recursos públicos, o que pode levar ao melhoramento da relação entre os gastos e a educação.

Outra iniciativa que pode conduzir ao avanço da relação em estudo está relacionada à ampliação dos programas de premiação dos bons resultados. Conforme visto, o Estado do Ceará instituiu programas (como o da Lei nº 16.448, de 12 de dezembro de 2017), como forma de estimular a qualidade da educação. Sabe-

se que iniciativas como esta estimulam a meritocracia e tendem a elevar o nível de qualidade das políticas públicas que se deseja desenvolver. É o que se vê, por exemplo, no estudo realizado por Almir da Silva Souza e Isabela Vasconcelos²³.

Dessa forma, o fortalecimento de programas que premiam não só a escola ou o seu corpo de servidores e professores, mas também individualmente os alunos e suas famílias, podem elevar os indicadores educacionais. Para Dourado (2007, p. 11, grifo nosso),

Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os **trabalhadores em educação** (juntamente com os alunos e **pais**), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou que apresente resultados positivos em termos de aprendizagem.

Pode parecer, à priori, inusitada a proposta de se premiar as famílias, mas essa pode ser uma forma de estimular a atuação familiar na formação do aluno. Estudo realizado por Oliveira e Marinho-Araújo²⁴, verificou que a boa relação entre família e escola contribui efetivamente com os processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Nessa mesma linha, Reali e Tancredi, ao se referir ao papel da família e da escola, afirmam que ambos “[...] compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (REALI; TANCREDI, 2005, p. 240).

Outra proposta se refere à criação de indicadores de eficiência, por evidenciar a relação gastos x resultados. Por exemplo: escolas com notas baixas e alto gasto, possuem baixos índices de eficiência, mas escolas com boas notas e alto aporte possuem um índice mediano. Assim como escolas com baixas avaliações e gastos também baixos possuem, da mesma forma, índice mediano. Por outro lado, escolas com notas altas e baixas despesas apresentam um alto índice de eficiência. Dessa forma, o cálculo desse indicador possibilita uma atuação customizada para cada caso, trazendo melhores resultados. Além disso, a criação e divulgação desse

23 Artigo sobre Meritocracia e Gestão de Pessoas por Competências, publicado nos Cadernos EBAPE.BR, produzido pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/B9yzBbYXxCrXB9vVNTTrY36L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

24 Artigo intitulado “A relação família-escola: intersecções e desafios”, publicado no periódico Estudos de Psicologia, do programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2021.

“ranking” leva a uma competição positiva para melhoria da relação gasto e educação.

Por último, como proposta de melhoria, apresenta-se a questão do investimento no *core business* (do inglês: negócio principal). Assim, faz-se primordial para o desenvolvimento da educação que se invista no seu negócio principal, que é o ensino, em detrimento de gastos em ações mais secundárias. Assim, para que ocorra a melhoria da qualidade da educação é preciso que haja uma priorização dos gastos.

6.5 Limitações da investigação

As duas limitações mais importantes desta pesquisa estão vinculadas à informação acerca da despesa pública e à quantidade de registros de cada variável, considerando o modelo de regressão linear. No que concerne à limitação relacionada à informação, pode-se dizer que há problemas com a quantidade de dados disponíveis (em termos de número de plataformas e relatórios) e à forma como essa informação é apresentada, o que demandou um esforço maior para depreender, tratar os dados e apresentar os resultados.

No que diz respeito à quantidade de registros de cada variável, a limitação está relacionada à qualidade do resultado da regressão linear. Tal metodologia estatística apresenta melhor qualidade de resultado tanto quanto maior for a quantidade de registros de cada variável. Dessa forma, é importante pontuar que esta pesquisa teria um resultado mais acurado se houvesse um número maior de registros, o que não foi possível obter, já que o Ideb iniciou suas medições em 2005.

Agora, demonstra-se relevante a propositura de novas pesquisas nesse campo de investigação, pela oportunidade de se obter um maior desenvolvimento na execução das políticas públicas, especialmente pela possibilidade de um ganho de eficiência na gestão dos recursos do Estado de forma a impulsionar o progresso social.

6.6 Sugestões para futuras pesquisas

Como sugestão para futuras pesquisas no campo da relação entre gastos com educação e os indicadores de desempenho educacionais, esta pesquisa

dedicou-se a investigar a relação voltada para o segmento do Ensino Médio. Assim, apresenta-se como bastante válido replicar o estudo para os demais níveis de ensino. Com isso, torna-se exequível a identificação de áreas de maior ou menor carência ou com necessidades de investimentos pontuais. Isso ajudaria a, por exemplo, nivelar os segmentos educacionais, evitando desequilíbrios.

Mostra-se útil, ainda, a promoção de investigações em outras unidades federativas, como, também, nos municípios do Ceará. Isso ajudaria a mapear possíveis desequilíbrios regionais no campo da relação entre gastos e performance de ensino, ajudando a facilitar o desenvolvimento da educação do Estado. Outra possibilidade, a partir desse modelo de estudo, é a criação de um índice de eficiência da correlação entre gastos e resultados do Ideb. A partir daí, seria possível calcular o indicador para todos os Estados do país e promover o ranqueamento a partir de um índice de eficiência. Tal pesquisa ajudaria no desenvolvimento da educação do País, pois Estados com os melhores indicadores poderiam servir de modelo e referência de gestão para os demais, multiplicando, assim, os avanços por meio das boas práticas.

Há, também, a viabilidade de utilizar o método da regressão linear para identificar os números da correlação e a projeção de resultados em outras políticas públicas. É possível, por exemplo, promover pesquisas para identificar e quantificar a correlação entre indicadores de educação e de violência. Nessa mesma linha, apresenta-se viável, também, dimensionar o quanto cada metro de linha de saneamento básico determina a redução do número de internações por infecção na rede pública hospitalar. Em outro exemplo, mostra-se plenamente possível encontrar a correlação entre a construção de moradias populares e os indicadores de violência de uma determinada cidade.

Ainda, é possível se aplicar um modelo, derivado da regressão linear simples, chamado de regressão linear múltipla, que oportuniza o estudo da correlação entre duas ou mais variáveis preditoras. Assim, seria permitido, por exemplo, analisar e quantificar os resultados da educação em função dos gastos públicos, combinado aos índices de violência locais. Tal modelo ajuda a fortalecer a integração entre as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Henry Brooks. **The education of Henry Adams**. Boston, MA, USA: Houghton Mifflin, 1973.

ALVEZ, José Estáquio Diniz. Revista. O sucesso da estratégia de desenvolvimento dos Tigres Asiáticos. **Revista Ecodebate**. 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/02/27/o-sucesso-da-estrategia-de-desenvolvimento-dos-tigres-asiaticos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Disponível em: 15 jan. 2022.

AMARAL, Luiz Felipe Leite Estanislau do; MENEZES-FILHO, Naércio. **A Relação entre Gastos Educacionais e Desempenho Escolar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Insper Working Paper, IBMEC, 2009.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 16. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARBOSA, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel de Abreu. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra? Brasília: **Revista Economia**, v. 11, n. 2, 2010.

BASSI, Marcos Edgar. Os Recursos Financeiros Aplicados na Educação Básica da Rede de Ensino da Prefeitura da Cidade de São Paulo: subsídios para a construção de um plano de educação. Porto Alegre: **Revista de Financiamento da Educação (Fineduca)**, v. 1, n. 12, 2011.

BECKER, Gary S. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed., Chicago, IL, USA, 1993.

BERNARDETE A Gatti. Estudos quantitativos em educação. São Paulo: **Revista Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Cartilha Finbra/Siconfi**. Brasília: Ministério da Economia. Disponível em: [file:///D:/Usuarios/49781318/Downloads/Cartilha_FINBRA%20\(1\).pdf](file:///D:/Usuarios/49781318/Downloads/Cartilha_FINBRA%20(1).pdf). Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**: aprova o Plano Anual de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.113/2020**: regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 378/1937**: dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964**: estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Sobre o Fundeb**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**. v. 25, n. 1. 2016.

BRETAS, Valéria. **Educação pode (mesmo) aplacar a violência**: veja como. Revista EXAME. São Paulo, maio 2016, Caderno Brasil. Disponível em <https://exame.com/brasil/educacao-pode-mesmo-aplacar-a-violencia-veja-como/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, 2011.

CAIRNEY, Paul. **Understanding Public Policy Theories and Issues**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2012.

CANCIAN, César Augusto. Estimativa do coeficiente de expansão térmica da gema do ovo líquida. Três Corações/MG: **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 1, p. 582-588, 2015.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. **Os Gastos públicos no Brasil são produtivos?** Brasília: IPEA, Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, 2001.

CASTRO, Jorge Abraão; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno de Carvalho; SIMÕES, Helenne Barbosa. **Gasto social e política macroeconômica**: trajetórias e tensões no período 1995 – 2005. Texto para Discussão nº 1324. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

CASTRO, Jorge Abraão; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno de Carvalho. **Gasto Social Federal**: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Brasília: Ipea, 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão; RIBEIRO, José Aparecido Carlos. **As políticas sociais da Constituição de 1988: conquistas e desafios**. Brasília. Ipea, 2009.

CAVALCANTE, Denise Lucena; CABRAL, Denise Maciel de Albuquerque. Os custos das políticas públicas: um olhar para o orçamento com foco no gasto. Brasília/DF: **Revista de direito internacional, econômico e tributário (RDIET)**, v. 9, n. 1, 2014.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará de 1989**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/atividades-legislativas/constituicao-do-estado-do-ceara>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CEARÁ. **Balanco Geral do Estado do Ceará (2004 a 2019)**. Fortaleza: Secretaria da Fazenda do Estado. Disponível em: <https://www.sefaz.ce.gov.br/balancos-por-ano-2/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CEARÁ. **Lei nº 16.448/2017**: institui o prêmio foco na aprendizagem, destinado ao quadro funcional das escolas da rede Estadual de ensino. Disponível em: <https://bclt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/6057-lei-n-16-448-de-12-12-17-d-o-12-12-17>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CEARÁ. **Ceará lidera ranking nacional do Ideb 2019**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/09/15/ceara-lidera-ranking-nacional-do-ideb-2019/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CEARÁ. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica - Spaece**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaece/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CEARÁ. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE**. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Avaliação de Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun., 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Orçamento da despesa**. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603315-orcamento-da-despesa>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CRUZ, Mariana. **A educação na Grécia antiga**. Rio de Janeiro: Revista Educação Pública, 2007.

DELORS, J.; CHUNG, F.; GEREMEK, B.; GORHAM, W; KORNHAUSER, A.; MANLEY, M.; QUERO, M.P.; SAVANÉ, M.A.; SINGH, K.; STAVENHAGEN, R. **Educação: um tesouro a descobrir**. Paris: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Campinas/SP: **Caderno Cedes**, v. 29, n. 78, p. 201-215. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília/DF: Inep. Série Documental. Textos para Discussão. n. 24, 2007.

DOWBOR, Minika; CARLOS, Euzenia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **As origens movimentistas de políticas públicas**: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. São Paulo: Lua Nova. 2018.

FARIA, Carlos. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

FERNANDES Antônio Sérgio Araújo. **Políticas Públicas**: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. São Paulo: Paulus. 2007.

FERNANDES, Maria Alice da Cunha. **Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal**. Brasília: Ipea. Texto para discussão, n. 547, 1998.

FIGUEIREDO, Dalson; NUNES, Felipe, ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed., São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. Rio de Janeiro: **Revista Trabalho Necessário**, n. 20, 2015.

GOMES, José Mauro. **A definição do gasto público**: aspectos institucionais e a disputa política. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

HOFFMAN, Rodolfo. **Análise de Regressão**: uma introdução à econometria. São Paulo: HUCITEC, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. **Portal Ideb**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. **Portaria nº 986/2017**: institui o regimento interno do Inep. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284082/do1-2017-12-22-portaria-n-986-de-21-de-dezembro-de-2017-1284078-1284078. Acesso em: 22 mar. 2021.

JESUS, Anderson Nildo dos Santos; ANDRADE, Andressa Freitas; FERREIRA, Rafaela Caroline; ARAÚJO, Ayala de Sousa. **Desafios atuais da educação**: reflexões sobre a constante busca da (re)construção da práxis pedagógica no processo de inclusão social de nossos alunos. Londrina, PR: XVI Semana da Educação e o VI Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação: “Desafios atuais para a educação”, 2015.

KAHN ACADEMY. **Revisão sobre regressão linear**. Disponível em: <https://pt.khanacademy.org/math/statistics-probability/describing-relationships-quantitative-data/introduction-to-trend-lines/a/linear-regression-review>. Acesso em: 03 mar. 2021.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILLI, Rosangela Maria. **A teoria do capital humano**: revisitando conceitos. Campo Mourão, PR: VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2013.

LASSWELL, Harold. **Who gets what, When, How**. Nova Iorque: Whittlesey house, 1936.

LEITE, Harrison. **Manual de Direito Financeiro**. Salvador: Editora Jus Podivm. 2018.

LOTTA, Gabriella; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**, v. 24, n. 57, 2016.

MARX, K.; **O Capital**. (Volumes I e II). Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MEAD, Lawrence. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy currents**, v. 68, n. 3, p. 1-4, fev. 1995.

MENEZES, Daniel Telles. Política tributária como política pública. Análise do sistema tributário pela tipologia de Theodore lowi. Brasília: **Revista da PGFN**, v. 7, n. 10, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/revista-pgfn/ano-vii-numero-10-2017/ano-vii-numero-10-2017>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MONTEIRO, Joanna. Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia (RBE)**, v. 69, n. 4, p. 467-488, 2015.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEDUZIAK, Luiz Carlos Ribeiro. **Gasto público, crescimento e transferências intergovernamentais**: ensaios para os estados brasileiros. Tese. Curitiba. 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47737>. Acesso em: 21 mar. 2021.

NÉRICI, Imídio G. **Introdução à Supervisão Escolar**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Antônio Benedito da Silva; SCHOLZ, Luiz Fernando de Barros. Investimento em educação têm como resultado uma população mais preparada para uma era fundamentada na inovação. São Paulo: **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA/PUC-SP (REDECA)**, 2015, v.1, n. 2, p. 51-61.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: interseções e desafios. Campinas, SP: **Revista Estudos de Psicologia**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, v. 27, n. 1, mar./2010.

OLIVEIRA, Juliane de Sousa; SANTOS NETO, Agenor Sousa. **Aplicação da regressão linear simples para a revisão do valor de vendas do mercado farmacêutico no Brasil**. Joinville/SC: XXXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2017.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PACHECO. Diego Costa. **Brasil e Tigres Asiáticos**: desenvolvimento econômico comparado à luz da nova economia das instituições. (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE. Universidade de Brasília. 2021.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham/New Jersey: Chatham House. 1986.

PUCCINELLI, Fernando Gasparotto; SLOMSKI, Valmor. Um estudo do investimento público em educação básica no Brasil e do desempenho dos alunos em avaliações nacionais por Unidade Federativa no período de 1998 a 2007. São Paulo: **7º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, Universidade de São Paulo, 2010.

REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. Ribeirão Preto/SP: **Paidéia**, v. 15, n. 31, 2005. p. 239-247.

REGO, Amâncio Maurício Xavier. Educação: concepções e modalidades. Caxias do Sul, RS: **Scientia Cum Industria**, v. 6, n. 1, 2018.

RODRIGUES, Sandra Cristina Antunes. **Modelo de Regressão Linear e suas Aplicações**. Defendida em outubro de 2012. Dissertação (Mestrado em

Matemática). Departamento de Ciências, Universidade da Beira Interior, Covilhã, PT, Repositório Digital da Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1869/1/Tese%20Sandra%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SAMPAIO, Nilo A de S. **Aplicações da Correlação e Regressão Linear**. Resende, RJ: Associação Educacional Dom Bosco, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/52.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. 2. ed., Brasília/DF: Cidade, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Campinas/SP: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, 2007.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Gasto social do governo central: 2002 a 2015**. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:33463. Acesso em: 16 jan. 2021.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; FERRETTI, Celso João. O institucional, a organização e a cultura da escola. São Paulo: Xamã, **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, 2004.

SILVEIRA, Alexandre Segóvia; TEIXEIRA, Arilda Magna Campagnaro. **O Efeito do Gasto Público na Qualidade da Educação**. Rio de Janeiro: XXXVI Encontro do ANPAD. 2012.

SOARES, Gláucio Ary. O calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. Lisboa, PT: **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005, p. 27-52.

SOBREIRA, Rogério; CAMPOS, Bruno Cesar. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. Rio de Janeiro: **Revista da Administração Pública (RAP)**, v. 42, n. 2, p. 327-46, 2008.

SOUZA, Almir Rogério da Silva; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. Meritocracia e gestão de pessoas por competências: tema utópico ou realidade organizacional? Rio de Janeiro: **Cadernos Ebape FGV**, v. 9, n. 1, Jan.-mar 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SQUIZZATO, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico**. São Paulo: Editora Método, 2013.

UNESCO. **Educação de qualidade no Brasil**. 2021. Disponível em <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/education-quality>. Acesso em: 16 jan. 2022.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. 2. ed., Brasília/DF: Unesco. 2008.

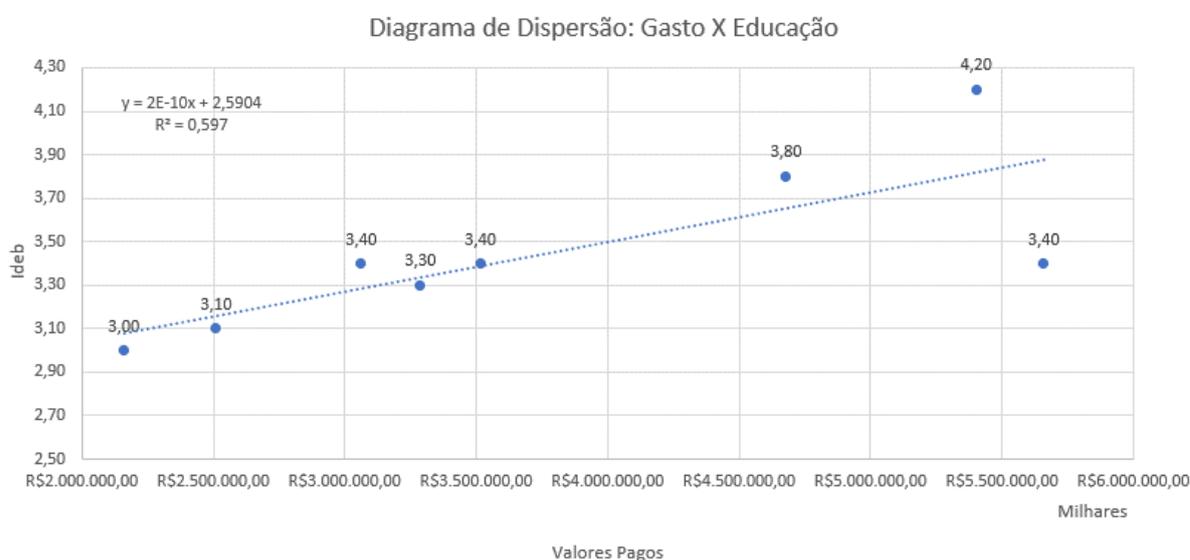
UNICEF. **A educação que protege contra a violência**. Brasília: Unicef, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Especialistas apoiam uso de royalties do petróleo para educação**. São Paulo: USP. 2013. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/05/especialistas-apoiam-uso-de-royalties-do-petroleo-para-educacao/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Guia de Normatização de Trabalhos Acadêmicos**. Fortaleza; UECE, 2020. Disponível em: <http://www.uece.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/27/2020/03/GUIA-UECE-2020-FINAL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Linhas de pesquisa do mestrado em Políticas Públicas**. Disponível em: <https://politicassuece.com/br-linhas-de-pesquisa-do-mestrado>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ANEXO A – Resultado completo da regressão linear para os dados da pesquisa



| Estatística de regressão | |
|--------------------------|--------|
| R múltiplo | 0,7727 |
| R-Quadrado | 0,5970 |
| R-quadrado ajustado | 0,5298 |
| Erro padrão | 0,2643 |
| Observações | 8 |

| ANOVA | | | | | |
|-----------|----|-------------|----------|----------|-------------------|
| | gl | SQ | MQ | F | F de significação |
| Regressão | 1 | 0,620891091 | 0,620891 | 8,888731 | 0,024592146 |
| Resíduo | 6 | 0,419108909 | 0,069851 | | |
| Total | 7 | 1,04 | | | |

| | Coefficientes | Erro padrão | Stat t | valor-P | 95% inferiores |
|-------------|-----------------|-----------------|----------|----------|-----------------------------|
| Interseção | 2,590409115 | 0,303082106 | 8,546889 | 0,000141 | 1,848793918 |
| Valor Pago | 0,0000000002272 | 0,0000000000762 | 2,981398 | 0,024592 | 0,0000000000407242130930525 |
| Em milhares | 2,27162E-07 | | | | |
| Em milhões | 0,000227162 | | | | |
| Em bilhões | 0,227162422 | | | | |

| RESULTADOS DE RESÍDUOS | | | RESULTADOS DE PROBABILIDADE | | |
|------------------------|-------------|-----------|-----------------------------|-----------|-----------|
| Observação | Previsto(a) | Nota Ideb | Resíduos | Percentil | Nota Ideb |
| 1 | 3,080855124 | | -0,080855124 | 6,25 | 3 |
| 2 | 3,160673141 | | -0,060673141 | 18,75 | 3,1 |
| 3 | 3,286016035 | | 0,113983965 | 31,25 | 3,3 |
| 4 | 3,875841555 | | -0,475841555 | 43,75 | 3,4 |
| 5 | 3,337151423 | | -0,037151423 | 56,25 | 3,4 |
| 6 | 3,388979457 | | 0,011020543 | 68,75 | 3,4 |
| 7 | 3,653090964 | | 0,146909036 | 81,25 | 3,8 |
| 8 | 3,817392299 | | 0,382607701 | 93,75 | 4,2 |

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Siconfi e Inep.

ANEXO B – Resultado Ideb para o Ensino Médio da rede pública do estado do Ceará entre 2005 e 2019

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: UF:

Rede de ensino: Série / Ano:

3ª série EM

| Estado | Ideb Observado | | | | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|--------|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| CEARÁ | 3.0 | 3.1 | 3.4 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 3.0 | 3.1 | 3.2 | 3.5 | 3.9 | 4.3 | 4.5 | 4.8 |

Obs:
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1125672>).

ANEXO C – Resultado Ideb para o Ensino Médio da rede pública de todos os estados do Brasil entre 2005 e 2019

3ª série EM

| Estado | Ideb Observado | | | | | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|---------------------|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|--|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 | |
| ACRE | 3.0 | 3.3 | 3.5 | 3.3 | 3.3 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.0 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.9 | 4.3 | 4.6 | 4.8 | |
| ALAGOAS | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 3.3 | 3.8 | 2.8 | 2.9 | 3.1 | 3.3 | 3.7 | 4.1 | 4.4 | 4.6 | |
| AMAPÁ | 2.7 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 3.0 | 3.2 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 3.2 | 3.6 | 4.0 | 4.3 | 4.5 | |
| AMAZONAS | 2.3 | 2.8 | 3.2 | 3.4 | 3.0 | 3.5 | 3.3 | 3.5 | 2.3 | 2.4 | 2.5 | 2.8 | 3.1 | 3.5 | 3.8 | 4.0 | |
| BAHIA | 2.7 | 2.8 | 3.1 | 3.0 | 2.8 | 2.9 | 2.7 | 3.2 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 3.3 | 3.6 | 4.1 | 4.3 | 4.5 | |
| CEARÁ | 3.0 | 3.1 | 3.4 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 3.0 | 3.1 | 3.2 | 3.5 | 3.9 | 4.3 | 4.5 | 4.8 | |
| DISTRITO FEDERAL | 3.0 | 3.2 | 3.2 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.4 | 4.0 | 3.0 | 3.1 | 3.3 | 3.6 | 3.9 | 4.4 | 4.6 | 4.8 | |
| ESPÍRITO SANTO | 3.1 | 3.2 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.7 | 4.1 | 4.6 | 3.1 | 3.2 | 3.4 | 3.6 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | |
| GOIÁS | 2.9 | 2.8 | 3.1 | 3.6 | 3.8 | 3.8 | 4.3 | 4.7 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 4.4 | 4.7 | |
| MARANHÃO | 2.4 | 2.8 | 3.0 | 3.0 | 2.8 | 3.1 | 3.4 | 3.7 | 2.5 | 2.6 | 2.7 | 3.0 | 3.3 | 3.7 | 4.0 | 4.2 | |
| MATO GROSSO | 2.6 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 2.7 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 2.6 | 2.7 | 2.9 | 3.1 | 3.5 | 3.9 | 4.2 | 4.4 | |
| MATO GROSSO DO SUL | 2.8 | 3.4 | 3.5 | 3.5 | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 4.1 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 4.5 | 4.7 | |
| MINAS GERAIS | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.6 | 3.5 | 3.6 | 4.0 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 4.0 | 4.4 | 4.8 | 5.0 | 5.3 | |
| PARÁ | 2.6 | 2.3 | 3.0 | 2.8 | 2.7 | 3.0 | 2.8 | 3.2 | 2.7 | 2.7 | 2.9 | 3.2 | 3.5 | 4.0 | 4.2 | 4.4 | |
| PARAÍBA | 2.6 | 2.9 | 3.0 | 2.9 | 3.0 | 3.1 | 3.1 | 3.6 | 2.7 | 2.7 | 2.9 | 3.2 | 3.5 | 4.0 | 4.2 | 4.4 | |
| PARANÁ | 3.3 | 3.7 | 3.9 | 3.7 | 3.4 | 3.6 | 3.7 | 4.4 | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.9 | 4.2 | 4.6 | 4.9 | 5.1 | |
| PERNAMBUCO | 2.7 | 2.7 | 3.0 | 3.1 | 3.6 | 3.9 | 4.0 | 4.4 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 3.2 | 3.6 | 4.0 | 4.3 | 4.5 | |
| PIAUI | 2.3 | 2.5 | 2.7 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.3 | 3.7 | 2.3 | 2.4 | 2.6 | 2.8 | 3.2 | 3.6 | 3.8 | 4.1 | |
| RIO DE JANEIRO | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 3.2 | 3.6 | 3.6 | 3.3 | 3.5 | 2.8 | 2.9 | 3.1 | 3.3 | 3.7 | 4.1 | 4.4 | 4.6 | |
| RIO GRANDE DO NORTE | 2.6 | 2.6 | 2.8 | 2.8 | 2.7 | 2.8 | 2.9 | 3.2 | 2.6 | 2.7 | 2.9 | 3.2 | 3.5 | 3.9 | 4.2 | 4.4 | |
| RIO GRANDE DO SUL | 3.4 | 3.4 | 3.6 | 3.4 | 3.7 | 3.3 | 3.4 | 4.0 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 4.0 | 4.4 | 4.8 | 5.0 | 5.3 | |
| RONDÔNIA | 3.0 | 3.1 | 3.7 | 3.3 | 3.4 | 3.3 | 3.8 | 4.0 | 3.0 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.9 | 4.3 | 4.5 | 4.8 | |
| RORAIMA | 3.2 | 3.1 | 3.5 | 3.5 | 3.2 | 3.4 | 3.3 | 3.5 | 3.3 | 3.4 | 3.5 | 3.8 | 4.2 | 4.6 | 4.8 | 5.1 | |
| SANTA CATARINA | 3.5 | 3.8 | 3.7 | 4.0 | 3.6 | 3.4 | 3.6 | 3.8 | 3.5 | 3.6 | 3.8 | 4.0 | 4.4 | 4.8 | 5.1 | 5.3 | |
| SÃO PAULO | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.9 | 3.7 | 3.9 | 3.8 | 4.3 | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.9 | 4.2 | 4.6 | 4.9 | 5.1 | |
| SERGIPE | 2.8 | 2.6 | 2.9 | 2.9 | 2.8 | 2.6 | 3.1 | 3.3 | 2.9 | 3.0 | 3.1 | 3.4 | 3.7 | 4.2 | 4.4 | 4.7 | |
| TOCANTINS | 2.9 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.2 | 3.3 | 3.7 | 3.9 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 4.5 | 4.7 | |

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1125672>).

**ANEXO D – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o
Estado do Ceará, referente ao ano de 2004**

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2004

CVA: 2011011110420000301596

| | | | R\$ 1,00 |
|----|-------|--|------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 693.044.621,00 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 63.178.720,00 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 320.959.711,00 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 67.319.842,00 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 2.177.668,00 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 21.204.103,00 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 218.204.577,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 0,00 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 23.568.041,00 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 756.250,00 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 17.770,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 4.351.803,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 15.305.138,00 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 3.137.080,00 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 1.371.341.999,00 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 66.394.742,00 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 254.223.906,00 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 0,00 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 0,00 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 1.249.773,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 30.916.613,00 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 0,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 1.018.556.965,00 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO E – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2005

QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2005

CVA: 2007010809291400301944

| | | | R\$ 1,00 |
|----|--------------|--|-------------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 723.363.702,00 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 67.971.786,00 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 325.854.013,00 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 66.111.945,00 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 2.322.461,00 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 20.871.215,00 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 240.232.282,00 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 25.049.719,00 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 809.463,00 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 4.564.108,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 15.043.724,00 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 4.632.434,00 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 1.511.773.716,00 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 592.514.362,00 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 302.118.570,00 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 0,00 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 0,00 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 33.029.929,00 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 0,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 584.110.855,00 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO F – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2006

**QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2006

CVA: 2007082815571127300301

| | | | R\$ 1,00 |
|----|--------------|--|-------------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 880.829.945,00 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 85.987.964,00 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 373.048.929,00 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 121.594.950,00 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 2.791.434,00 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 24.207.781,00 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 273.198.887,00 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 31.665.532,00 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 829.600,00 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 4.768.878,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 20.622.991,00 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 5.444.063,00 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 1.783.314.766,00 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 92.650.050,00 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 459.822.782,00 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 251.479,00 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 28.415.101,00 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 31.908.325,00 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 0,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 1.170.267.029,00 |
| 76 | 00013 | Cultura = (77+78+79) | 53.103.380,00 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO G – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2007

QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2007

CVA: 2008051414395228000301

R\$ 1,00

| | | | |
|----|-------|--|------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 889.059.168,14 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 88.384.958,12 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 361.595.636,56 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 122.832.004,27 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 2.339.402,42 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 20.147.451,99 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 293.759.714,78 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 24.028.077,74 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 1.103.700,00 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 3.851.797,84 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 16.858.832,05 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 2.213.747,85 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 1.976.101.186,97 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 1.071.520.213,70 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 665.433.541,46 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 733.603,35 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 16.936.309,38 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 6.620.764,96 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 0,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 214.856.754,12 |
| 76 | 00013 | Cultura = (77+78+79) | 27.163.225,44 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO H – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2008

QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2008

CVA: 2009051115135500301546

| | | | R\$ 1,00 |
|----|--------------|--|-------------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 1.068.230.970,17 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 43.508.942,74 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 420.480.419,01 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 163.649.292,52 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 6.792.886,49 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 25.742.200,22 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 408.057.229,19 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 44.250.480,47 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 5.904.095,51 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 1.000.000,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 16.106.878,65 |
| 66 | 11999 | Demais Subfunções - Trabalho | 21.239.506,31 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 2.503.615.784,06 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 1.017.545.319,32 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 524.474.873,47 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 24.664.366,73 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 88.072.191,46 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 2.524.967,50 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 2.555.802,06 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 843.778.263,52 |
| 76 | 00013 | Cultura = (77+78+79) | 43.103.373,81 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO I – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2009

QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2009

CVA: 2010050715401700301834

| | | | R\$ 1,00 |
|----|--------------|--|-------------------------|
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 1.332.701.895,02 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 37.150.128,37 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 526.383.622,04 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 157.852.619,87 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 16.520.729,24 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 20.115.383,37 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 574.679.412,13 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 48.210.313,82 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 4.598.733,28 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 1.000.000,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 19.419.676,28 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 33.101.904,26 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 2.995.989.826,61 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 1.053.191.753,25 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 1.549.616.058,74 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 27.808.738,60 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 204.036.275,54 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 14.154.641,69 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 2.894.915,22 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 144.287.443,57 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO J – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2010

**QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO**

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2010

CVA: 2011051612263900301027

| | | | R\$ 1,00 |
|----|--------------|--|-------------------------|
| 51 | 09274 | Previdência Especial | 0,00 |
| 52 | 09999 | Demais Subfunções - Previdência Social | 0,00 |
| 53 | 00010 | Saúde = (54+...+60) | 1.628.955.017,64 |
| 54 | 10301 | Atenção Básica | 59.950.975,57 |
| 55 | 10302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 677.221.545,81 |
| 56 | 10303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 193.007.001,31 |
| 57 | 10304 | Vigilância Sanitária | 17.792.179,39 |
| 58 | 10305 | Vigilância Epidemiológica | 24.991.732,81 |
| 59 | 10306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 |
| 60 | 10999 | Demais Subfunções - Saúde | 655.991.582,75 |
| 61 | 00011 | Trabalho = (62+...+66) | 69.207.921,70 |
| 62 | 11331 | Proteção e Benefício ao Trabalhador | 6.399.222,06 |
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 0,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 25.488.246,21 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 37.320.453,43 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 3.640.426.225,89 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 403.943.351,15 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 1.491.880.535,24 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 304.372.502,32 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 272.754.897,48 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 29.757.108,93 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 891.120,87 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 1.136.826.709,90 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO K – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2011

QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2011

CVA: 2012052513584400301701

R\$ 1,00

| | | | | | | | |
|----|-------|--|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 25.184.313,51 | 24.184.313,51 | 24.184.256,24 | 1.000.000,00 | 57,27 |
| 66 | 11000 | Demais Subfunções - Trabalho | 22.410.282,01 | 22.242.566,48 | 22.200.632,01 | 1.066.812,42 | 42.042,47 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 4.016.071.924,81 | 3.933.663.942,26 | 3.886.011.681,44 | 82.407.982,55 | 47.652.260,82 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 354.227.520,01 | 351.670.879,19 | 350.077.006,40 | 2.556.640,82 | 1.593.872,79 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 1.843.755.350,88 | 1.818.690.636,54 | 1.786.778.429,63 | 25.064.714,34 | 31.912.206,91 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 243.748.144,19 | 215.070.109,67 | 210.319.459,01 | 28.678.034,52 | 4.750.650,66 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 280.663.576,68 | 275.193.033,67 | 273.361.650,97 | 5.470.543,01 | 1.831.382,70 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 19.644.129,34 | 0,00 | 0,00 | 19.644.129,34 | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 21.996.112,74 | 21.921.697,74 | 21.921.697,74 | 74.415,00 | 0,00 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 480.000,00 | 390.000,00 | 390.000,00 | 90.000,00 | 0,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 1.251.557.090,97 | 1.250.727.585,45 | 1.243.163.437,69 | 829.505,52 | 7.564.147,76 |
| 76 | 00013 | Cultura = (77+78+79) | 20.029.411,94 | 17.727.591,28 | 17.121.187,02 | 2.571.820,00 | 390.404,22 |
| 77 | 13391 | Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 9.142.807,55 | 8.142.076,62 | 8.142.076,62 | 1.000.730,93 | 0,00 |
| 78 | 13392 | Difusão Cultural | 25.367.469,07 | 23.869.973,44 | 23.806.094,44 | 1.497.495,63 | 63.879,00 |
| 79 | 13999 | Demais Subfunções - Cultura | 16.189.134,79 | 15.715.541,32 | 15.183.015,99 | 473.593,47 | 532.525,33 |
| 80 | 00014 | Direitos da Cidadania = (81+...+84) | 213.629.752,97 | 212.402.403,09 | 203.458.501,12 | 1.227.349,88 | 8.943.901,97 |
| 81 | 14421 | Custódia e Reintegração Social | 88.198.074,45 | 87.456.094,50 | 86.898.017,96 | 741.979,95 | 558.076,54 |
| 82 | 14422 | Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 12.570.934,80 | 12.432.649,59 | 12.268.850,32 | 138.285,21 | 163.799,27 |
| 83 | 14423 | Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 84 | 14999 | Demais Subfunções - Direitos da Cidadania | 112.860.743,72 | 112.513.659,00 | 104.291.632,84 | 347.084,72 | 8.222.026,16 |
| 85 | 00015 | Urbanismo = (86+...+89) | 189.154.930,24 | 170.000.379,24 | 164.346.220,40 | 19.154.551,00 | 5.654.158,84 |
| 86 | 15451 | Infra-Estrutura Urbana | 148.004.864,22 | 131.647.697,08 | 127.048.734,89 | 16.357.167,14 | 4.598.962,19 |
| 87 | 15452 | Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 88 | 15453 | Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 89 | 15999 | Demais Subfunções - Urbanismo | 41.150.066,02 | 38.352.682,16 | 37.297.485,51 | 2.797.383,86 | 1.055.196,65 |
| 90 | 00016 | Habitação = (91+92+93) | 60.144.131,92 | 58.990.609,26 | 55.367.089,69 | 1.153.522,66 | 3.623.519,57 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf).

ANEXO L – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2012

QUADRO DE DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS ESTADUAIS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS POR FUNÇÃO

ESTADO: CEARA

CNPJ: 07.954.480/0001-79

Exercício: 2012

CVA: 2013052316264800301941

R\$ 1,00

| | | | | | | | |
|----|-------|--|------------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| 63 | 11332 | Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 64 | 11333 | Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 65 | 11334 | Fomento ao Trabalho | 67.086.174,48 | 65.167.586,22 | 65.167.586,22 | 1.918.588,26 | 0,00 |
| 66 | 11909 | Demais Subfunções - Trabalho | 1.361.570,73 | 1.358.280,73 | 1.356.780,73 | 3.200,00 | 1.500,00 |
| 67 | 00012 | Educação = (68+...+75) | 2.460.507.346,68 | 2.297.329.339,16 | 2.228.288.356,03 | 163.178.007,52 | 69.038.787,13 |
| 68 | 12361 | Ensino Fundamental | 65.131.794,42 | 48.235.040,71 | 43.307.143,02 | 16.896.753,71 | 4.927.897,69 |
| 69 | 12362 | Ensino Médio | 183.941.364,11 | 148.731.106,07 | 141.326.322,73 | 35.210.258,04 | 7.404.783,34 |
| 70 | 12363 | Ensino Profissional | 354.834.964,51 | 277.575.278,20 | 275.769.666,36 | 77.259.686,31 | 1.803.541,84 |
| 71 | 12364 | Ensino Superior | 290.786.192,30 | 285.196.797,50 | 283.615.980,44 | 5.589.394,80 | 1.580.691,06 |
| 72 | 12365 | Educação Infantil | 19.914.488,19 | 3.572.802,03 | 3.572.802,03 | 16.341.686,16 | 0,00 |
| 73 | 12366 | Educação de Jovens e Adultos | 16.089.956,13 | 15.986.191,51 | 15.983.191,51 | 103.764,62 | 3.000,00 |
| 74 | 12367 | Educação Especial | 1.840.974,04 | 1.087.812,28 | 1.084.257,28 | 753.161,76 | 3.555,00 |
| 75 | 12999 | Demais Subfunções - Educação | 1.527.967.612,98 | 1.516.944.310,86 | 1.463.628.992,66 | 11.023.302,12 | 53.315.318,20 |
| 76 | 00013 | Cultura = (77+78+79) | 30.183.479,47 | 34.603.992,03 | 34.122.339,07 | 1.379.480,84 | 494.804,96 |
| 77 | 13391 | Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 2.675.046,03 | 2.415.638,71 | 2.415.638,71 | 259.407,32 | 0,00 |
| 78 | 13392 | Difusão Cultural | 36.257.621,73 | 35.295.094,78 | 34.893.323,51 | 962.526,95 | 412.923,27 |
| 79 | 13999 | Demais Subfunções - Cultura | 17.252.811,71 | 16.895.259,14 | 16.813.377,45 | 357.552,57 | 81.881,69 |
| 80 | 00014 | Direitos da Cidadania = (81+...+84) | 284.486.928,09 | 281.574.862,03 | 278.933.906,37 | 2.912.066,06 | 2.640.957,66 |
| 81 | 14421 | Custódia e Reintegração Social | 98.271.404,52 | 96.623.803,38 | 96.606.695,91 | 1.647.601,14 | 17.109,47 |
| 82 | 14422 | Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 29.876.554,53 | 29.738.713,15 | 29.738.713,15 | 137.841,38 | 0,00 |
| 83 | 14423 | Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_antteriores/declaracoes_antteriores_list.jsf).

ANEXO M – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2013

finbra

Exercício: 2013

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 2294729688 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 38523522 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 105580954 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 253551623 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 305437259 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 2393356 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 12276489 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 241151 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.368 - Educação Básica | 1374454888 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8778576 | Despesas Pagas | 12.999 - Demais Subfunções Educação | 202270441 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO N – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2014

finbra

Exercício: 2014

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 2522558132 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 141889471 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 1460732519 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 318796053 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 352508549 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 4996941 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 24955294 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 1011824 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.999 - Demais Subfunções Educação | 217667478 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO O – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2015

finbra

Exercício: 2015

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 2504758949 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 144524903 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 1623956595 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 116148297 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 349299433 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 7244275 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 50401896 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 124456 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8842791 | Despesas Pagas | 12.999 - Demais Subfunções Educação | 213059090 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO P – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2016

finbra

Exercício: 2016

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 2772322620 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 139732203 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 1745869362 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 113533234 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 79889548 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 10730069 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 146814595 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 88670 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.122 - Administração Geral | 497861535 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8904459 | Despesas Pagas | 12.999 - Demais Subfunções Educação | 37803399 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO Q – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2017

finbra

Exercício: 2017

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 2879968004 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 171109683 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 1830341494 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 123885318 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 86801775 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 17726754 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 66094781 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 17813391 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.122 - Administração Geral | 528210504 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | FU12 - Demais Subfunções | 37984301 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO R – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2018

finbra

Exercício: 2018
 Escopo: Estados/DF
 Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 3183038046 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 124558877 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 2160568375 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 129232200 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 102706201 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 22633468 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 112415588 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 9653769 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | 12.122 - Administração Geral | 512357855 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 8963663 | Despesas Pagas | FU12 - Demais Subfunções | 8911707 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).

ANEXO S – Balanço orçamentário/despesas por função (relatório STN), para o Estado do Ceará, referente ao ano de 2019

finbra

Exercício: 2019

Escopo: Estados/DF

Tabela: Despesas por Função (Anexo I-E)

| Instituição | Cod.IBGE | UF | População | Coluna | Conta | Valor |
|----------------------------|----------|----|-----------|----------------|---------------------------------------|------------|
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12 - Educação | 3142498985 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.361 - Ensino Fundamental | 86209326 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.362 - Ensino Médio | 2181855169 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.363 - Ensino Profissional | 127598368 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.364 - Ensino Superior | 99383224 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.365 - Educação Infantil | 21191320 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | 78405686 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.367 - Educação Especial | 10201488 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | 12.122 - Administração Geral | 511291546 |
| Governo do Estado do Ceará | 23 | CE | 9075649 | Despesas Pagas | FU12 - Demais Subfunções | 26362854 |

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro – Siconfi (disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra_rreo/finbra_rreo_list.jsf).